



**GOVERNO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA**

# 19ª Reunião Câmara Técnica de Qualidade Ambiental - CTQAP

Realizada em  
Brasília/DF.  
20 de Outubro de 2023.

*(Transcrição ipso verbis)*  
*Empresa RDK Degrações e Eventos*

## Vídeo Dia 20-10-2023 - 19ª Reunião do CTQAP (1):

1 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
2 – Eu já comecei já a gravação, e a Secretaria da Conama acabou de analisar e a gente já tem o  
3 quórum. Portanto, se todos concordam, eu já vou abrir a reunião. A gente tem hoje uma agenda  
4 bastante extensa. Acho que, como todos sabem, a Câmara Técnica de Qualidade Ambiental ela  
5 foi dividida. Antigamente, nós tínhamos também controle e licenciamento. Na última reunião do  
6 Conama, os conselheiros acharam por bem dividir a Câmara. A gente tem hoje essa Câmara  
7 sendo dividida em dois. E, por isso, alguns dos temas que estavam sendo tratados aqui foram  
8 encaminhados para a Câmara Técnica. E os temas que estavam conosco, nós iremos apresentar  
9 agora. Na última reunião, todos nós, conselheiros, concordamos de que a agenda prioritária das  
10 resoluções e programas seria uma agenda construída coletivamente, não caberia ao presidente  
11 da Câmara escolher quais são os temas prioritários, por isso nós fizemos uma planilha  
12 consolidando as 25 sugestões de todas as secretarias, isso foi divulgado depois para outros  
13 atores, recebemos contribuições da sociedade civil, da indústria, de outros ministérios,  
14 consolidamos essa lista em uma planilha de Excel, decidimos na última reunião criar critérios e  
15 pontuações para quais resoluções teriam maior importância, fizemos essa votação, os  
16 segmentos todos votaram, e aí hoje eu vou apresentar para todos quais foram os temas mais  
17 votados e colocar aqui para debate os possíveis encaminhamentos. Podemos seguir ou algum  
18 conselheiro gostaria de falar alguma coisa antes de eu abrir a apresentação com a agenda?  
19 Maria Helena, por favor.

20 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
21 **Ambiente - ABEMA)** - Boa tarde a todos, eu sou Maria Eu sou a Helena, sou da CETESB,  
22 representando a ABEMA. Eu gostaria de colocar uma questão de ordem sobre essa agenda de  
23 discussão de priorização das resoluções do Conama, eu gostaria de pedir uma inversão de  
24 pauta, que isso fosse colocado como último item, já que a gente tem uma grande urgência em  
25 discutir, iniciar a discussão da 491, até em função das demandas do STF, e também eu sei que  
26 a gente está começando, a gente está se organizando, mas na verdade essa lista também  
27 chegou aos conselheiros fora do prazo regimental, então, ela não veio junto com a convocação,  
28 nem foi disponibilizada a ata da última reunião lá da outra Câmara Técnica, então assim, a gente  
29 que a gente efetivamente não teve tempo de avaliar nessa lista, de consultar os 26 estados,  
30 porque isso chegou, e a gente gostaria também de entender um pouco mais os critérios, como

31 isso foi feito. Então, a gente gostaria que isso fosse, invertesse a pauta e isso fosse colocado  
32 como último item da pauta.

33 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**

34 – Muito obrigado, Maria Helena, pela consideração. Marcela?

35 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio**

36 **Ambiente - Conama) –** Não, eu gostaria só de esclarecer que nós encaminhamos a pauta da

37 última reunião, a ata da última reunião, junto com a convocação, há 15 dias atrás, e que a 491

38 também se encontra no processo da Câmara Técnica. Então, os documentos estão disponíveis

39 todos no site, que eu acho que é a regra para a discussão das câmaras técnicas

40 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**

41 – E Marcela, eu lembro que você enviou também a planilha de Excel, não é, por e-mail é que ele

42 enviou cumpriu esses 15 dias?

43 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio**

44 **Ambiente - Conama) –** Enviamos sim, todos com os 15 dias.

45 **A SR<sup>a</sup> MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**

46 **Ambiente - ABEMA) -** Não, a planilha de Excel chegou no dia 9, não é, então, não dentro dos

47 15 dias e hoje se a gente for procurar no próprio site do Conama, a gente não acha nem a ata

48 assim, porque acho que essa documentação tem que estar pública, não só para os conselheiros,

49 mas ela é pública. Então assim, a gente não conseguiu localizar nem a ata, nem essa planilha,

50 dentro da convocatória da reunião ou no site, eu não sei.

51 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**

52 – Bem, de qualquer maneira, Maria Helena, eu acho que a sua proposta faz bastante sentido,

53 gostaria de colocar em consideração dos demais conselheiros. Só lembrando que a agenda do

54 que é discutido no Conama, em tese, o presidente da Câmara tem essa prerrogativa de escolher.

55 Nós acordamos que vamos fazer esse processo transparente e participativo, não é? Eu lembro

56 que foi enviado a planilha por e-mail, sinceramente não lembro se tem os 15 dias ou não, mas

57 acho que inclusive é irrelevante, porque a agenda e a pauta foram enviadas com 15 dias de

58 antecedência, e a gente vai discutir essa planilha hoje. Então, a planilha não está decidida,

59 obviamente ela ficará pública após essa reunião nossa, e então, eu não vejo problema nenhum

60 se algum conselheiro for contra a proposta da conselheira Maria Helena, representando

61 CETESB/ABEMA, mas dessa inversão de pauta, eu gostaria que se manifestasse. Nós aqui,  
62 como presidência, não vemos nenhum problema de fazer primeiro o debate da 491 pela urgência  
63 do tema em função da decisão do Supremo, e aí depois a gente teria, na sequência, esse debate.  
64 Então, gostaria de ver se alguém tem alguma objeção para que a gente traga o item 3 e o item  
65 4, que é análise da proposta de revisão da Resolução 491 de 2018, aprovada na décima sexta  
66 reunião do CIPAM, disponível no site do Conama, e item 4, proposta de criação de grupo de  
67 trabalho para discutir revisão da Resolução 491 de 2018, para serem os itens 1 e 2 da pauta, e  
68 aí a gente deixa o antigo item 1, que era eleição do vice-presidente da Câmara, conforme o artigo  
69 34 do Regimento Interno. E o item 2, análise da priorização dos temas a serem tratados pela  
70 Câmara Técnica, para serem os itens 3 e 4 da agenda. Alguém se opõe a essa proposta da  
71 Conselheira Maria Helena? Não havendo manifestação, declaro aprovada a proposta da Maria  
72 Helena, então, já vamos entrar aqui, se todos permitirem, na agenda do debate do item 3 e 4 da  
73 antiga pauta que agora se transformaram em item 1 e 2. Algum comentário antes de eu abrir a  
74 apresentação aqui com esses itens? Alguém gostaria de fazer alguma manifestação sobre algum  
75 outro item?

76 **A SR<sup>a</sup> KAREN DE OLIVEIRA SILVERWOOD-COPE (Secretaria Especial de Análise**  
77 **Governamental)** - Eu queria solicitar a projeção da pauta com as alterações, por favor, na tela.

78 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
79 – Estou apresentando agora. Espera aí que não está aparecendo apresentar a janela aqui. O  
80 duro de ter esse monte de tela aqui, que [ininteligível], aqui, prioridades quando. Bem, então  
81 esses seriam os itens que virariam pauta 1 e 2, não é? Então, basicamente, eu vou voltar aqui.  
82 A nossa pauta regimental enviada para todos foi essa. O primeiro item seria a eleição do vice-  
83 presidente, o segundo a análise da priorização dos temas, terceiro a proposta de revisão, quarto  
84 a criação do grupo de trabalho. Então, conforme deliberação, a gente antecipou o item 3 e 4 para  
85 serem 1 e 2 e damos sequência depois no item 1 e 2. Todos concordam com essa proposta?  
86 Sim. Vocês estão vendo a minha tela, pessoal, só para eu saber?

87 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** - Sim.

88 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
89 – Sim, está bom. Bem, pessoal, tratando de uma matéria bastante complexa, de padrões de  
90 qualidade do ar que envolvem toda uma agenda nacional, eu tomei a liberdade de fazer uma  
91 breve apresentação da Agenda Nacional de Qualidade do Ar, citando alguns temas que estão

92 envolvidos, para que os conselheiros possam ter uma visão um pouco mais ampla de todos os  
93 temas que são associados a essa matéria. Então, a gente está falando de padrões de qualidade  
94 do ar que basicamente estão são associados a poluentes atmosféricos e seus efeitos na  
95 natureza, seus efeitos à saúde humana. Basicamente, nós temos cinco grandes poluentes, a  
96 lista, obviamente, é muito mais extensa, mas esses são os regulados pela Resolução Conama  
97 brasileira. Então, monóxido de carbono, o óxido NOX, os óxidos de nitrogênio, que hoje são um  
98 grande problema de saúde pública, em especial na região metropolitana de São Paulo ou  
99 naquelas regiões onde o biodiesel e o etanol material têm um uso um pouco maior. Todos sabem,  
100 imagino que saibam, que o NOX é um antecessor do ozônio troposférico, não é? Você tem ali  
101 dia de manhã, o NOX está ali, o sol quebra, ele forma O3, ozônio, e ozônio é hoje um grande  
102 problema de saúde pública, irritação nos olhos, vias respiratórias, bronquite, outros problemas,  
103 e obviamente as partículas inaláveis, o famoso o material particulado, MP10, MP2,5, e cada vez  
104 mais o mundo medindo MP1, que é o grande vilão da saúde pública no Brasil e no mundo, falando  
105 de milhões de mortes, graves problemas respiratórios, cardiovasculares. Então, a resolução de  
106 alguma maneira lida com todos esses poluentes. Quando a gente fala de fontes de emissão de  
107 poluentes, obviamente, você tem uma gama muito grande de ações. As duas grandes fontes são  
108 o transporte e a indústria, naturalmente, as fontes fixas e as fontes móveis, mas você tem  
109 também, dependendo da localização e do contexto, cidades com lixões, onde você pode ter  
110 queima de resíduos, lugares onde a geração de energia especial para alimento vem ali da  
111 combustão interna, no caso da Índia, por exemplo, Paquistão, você tem milhões de mortes todos  
112 os anos de material particular em função de ter uso de lenha, madeira ali dentro das residências  
113 e também as práticas agrícolas e a poeira. Então, basicamente, a gente vê um contexto cada  
114 vez mais complexo no Brasil, as queimadas agora já causaram milhares de hospitalizações,  
115 quem acompanhou o noticiário dessa semana lá em Manaus? Então, a gente teve no início do  
116 ano a região amazônica com grandes enchentes e agora no fim do ano as maiores secas da sua  
117 história, não é? Então, a emergência climática está aí, não é à toa que no PPA participativo, a  
118 emergência climática foi o item número um das ações que a população votou, as emergências  
119 climáticas vieram para ficar, a própria ministra Marina estava comentando que, no início do ano  
120 ela foi lá para a região sul brasileira, a maior seca dos últimos anos, aí hoje a região sul inteira é  
121 alagada, então, a gente vive um desafio muito grande com as questões ambientais, queimadas,  
122 tem tudo a ver com a emissão de muito poluentes locais. A gente vê hoje a Fiocruz, não é, com  
123 estudos muito consolidados de que, na região amazônica, 60% do material particulado vem da  
124 queima da floresta, associado ao desmatamento. Então, é um tema que, historicamente, a gente  
125 não atuou e gostaria muito de atuar. Quando a gente fala de emissões, em especial no meio

126 ambiente urbano, não é, 85% da população brasileira vive na cidade. Nós sabemos que os  
127 veículos pesados, em especial aqueles que rodam com como o diesel, caminhões, ônibus e  
128 também SUVs, são os grandes vilões. O diesel é o grande vilão hoje da emissão de material  
129 particulado em especial e também dos NOX. Então, você vê que desde lá de 1995, começo dos  
130 anos 2000, teve uma queda significativa da emissão de poluentes, basicamente fruto das  
131 políticas desse Conselho. O Conselho aprovou o PROCONVE lá atrás, então foram medidas  
132 integradas entre alguns estados, a importante liderança do estado de São Paulo, entre outros,  
133 mas basicamente a gente tem que lidar que padrão de qualidade do ar tem muito a ver com a  
134 frota rodante dentro das nossas cidades, 5% da frota roda diesel e ela representa muito mais de  
135 50% da poluição nas grandes cidades. E a gente sabe que os impactos da saúde são muito  
136 complexos, a gente está falando de pelo menos 7 milhões de mortes no mundo relacionadas à  
137 exposição de material particulado, são 4 2 milhões só associadas à fonte de emissões no  
138 ambiente urbano, o Banco Mundial e outras estimativas falam entre 4% a 5% do PIB perdido e,  
139 obviamente, você tem uma perda de qualidade de vida, de saúde humana, aumento associados  
140 à poluição, de doenças cardiovasculares. A gente teve a apresentação da Política Nacional de  
141 Qualidade saúde do ar no PL, que vamos discutir um pouco mais na frente no Senado essa  
142 semana, e a gente viu ali, não é, 40% das doenças cardiorrespiratórias tem a ver com poluição,  
143 30% das doenças. Então, a poluição está em todas, eu nunca esqueço daqueles estudos na  
144 época da COVID, não é, cidades poluídas tinham três vezes mais mortes de COVID do que  
145 cidades não poluídas, o que mostra o impacto e a importância do que a gente está discutindo  
146 aqui. Em especial, os estudos avançam muito, aqui agradeço o pessoal da Alana, que vem nos  
147 sensibilizando muito sobre essa temática, dos impactos da poluição na mortalidade infantil. A  
148 maior parte das crianças do mundo são expostas a um ar poluído, não é, nas regiões em países  
149 de desenvolvimento isso tem uma faceta ainda mais problemática, mas cerca de 50% das  
150 infecções respiratórias agudas nas crianças são nessa época. Nós sabemos que material  
151 particulado, por exemplo, no caso brasileiro, o professor Paulo Saldiva, lá do Laboratório de  
152 Poluição da USP, fala em 50 mil mortes evitáveis, não é? Crianças são as principais. Crianças  
153 têm muito aborto, é muito parto prematuro, muito idoso. Então, o impacto nessas populações  
154 vulneráveis é maior e todos nós temos essa responsabilidade, inclusive constitucional, de  
155 priorizar a atuação nas crianças. E, basicamente, porque as crianças são mais vulneráveis, elas  
156 estão na altura do escapamento do veículo, elas respiram 50% mais ar por quilograma de peso,  
157 elas têm ainda a formação do pulmão um pouco menos debilitada, os canais são menores, então  
158 o material particulado o número 10, ele encalha mais fácil. Então, assim, os problemas são  
159 enormes. A gente sabe que a saúde pública vem sofrendo muito, não é? Pessoal agravado pelas

160 mudanças climáticas, el niño, todos os problemas. Então, a gente precisa, urgentemente,  
161 políticas públicas específicas para esse tema. Eu participei, recentemente, aí, de um evento, de  
162 um curso sobre primeira infância, lá na Faculdade de Medicina de Harvard, e me chamou muita  
163 atenção a quantidade de estudos que mostram que se na primeira infância, do 1 aos 7 anos, nós  
164 não tivermos os estímulos positivos, sensoriais, motores, cognitivos, para cada fase de  
165 desenvolvimento, a criança não consegue se desenvolver. Ao mesmo tempo, se você tem os  
166 estímulos negativos do meio ambiente, seja da poluição, seja da fome, seja do racismo e o  
167 estresse tóxico que é gerado em relação a isso e outras, você não tem esses desenvolvimentos  
168 na época certa e isso aí, infelizmente, gera processos adversos que não serão superados em  
169 toda a vida dessa pessoa. Então, infelizmente, não importa só o gen., a genética da criança, se  
170 ela for, se ela passar por situações de estresse tóxico, disposição a agrotóxicos, questões  
171 químicas, poluição, em certos momentos da sua fase, o tamanho do cérebro dela vai ser menor,  
172 o impacto cognitivo dela é medido com muita facilidade. Então, a gente não pode brincar a  
173 negligência de fazer a política pública nos temas que nós já temos ciência desenvolvida para  
174 isso, é algo que não pode ser aceito dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Todos nós  
175 sabemos que, cada vez mais, mas a gente preza pela política pública baseada na ciência, política  
176 pública baseada na evidência, e a Constituição brasileira é muito clara no artigo 225, ao dizer  
177 que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, e acho que todos nós  
178 concordamos que o ar é o bem público essencial. Todos os habitantes desse planeta usam o  
179 mesmo ar, o mesmo bem público, então, ninguém tem direito de poder, no seu exercício das  
180 suas liberdades, acabar com esse bem público que é usado por todos. Todos nós temos esse  
181 dever, que é imposto ao poder público e à coletividade, de defender e preservar para as  
182 presentes e futuras gerações. Então, só citando aqui do inciso 1, o 4, controlar a produção,  
183 comercialização, emprego de técnicas, metas, métodos e substâncias que comportem riscos  
184 para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente. E já o artigo 227 fala que é dever da família,  
185 da sociedade e do Estado assegurar a criança, adolescente e o jovem absoluta prioridade no  
186 direito à vida, no direito à saúde, entre outras, e colocá-los a salvo de forma de negligência.  
187 Portanto, todos nós aqui, conselheiros do Conselho Nacional de Meio Ambiente, o maior  
188 conselho, mais importante de todos, certamente teremos isso em consideração, e fazendo uma  
189 conta básica aí de 50 mil mortes evitáveis no Brasil, quantas mortes a gente pode evitar por dia,  
190 cada dia, de ampliar ou não as políticas públicas nesse tema. Então, aqui dentro da Agenda  
191 Nacional de Melhoria da Qualidade do ar hoje, o Ministério do Meio Ambiente, ele se baseia  
192 muito na resolução, na 05, lá de 89, uma das primeiras resoluções aqui do Conselho, que criou  
193 o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar, ele fala dos limites de emissão para

194 indústria e veículo, fala de normas de qualidade do ar, fala da necessidade dos inventários e da  
195 Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade do ar. Então, veja que lá em 89, há 34 anos  
196 atrás, já havia sido definido por esse conselho que os limites, as normas, os inventários e a rede  
197 nacional de qualidade do ar teria sido feita, 34 anos atrás. E o Conama foi, na sua história, criando  
198 resoluções, primeira para as fontes pontuais, fixas, as indústrias, no qual, no meu entender, a  
199 gente já tem um arcabouço jurídico relativamente sólido, que obviamente pode ser aperfeiçoado,  
200 mas que lida com essas emissões de substâncias líquidas, sólidas e gasosas. Então, a gente  
201 tem desde a Resolução 382, a Resolução 436, a Resolução 501, que eu vou falar depois, que  
202 entrou no nosso radar a pedido do Supremo Tribunal Federal após uma ação direta de  
203 inconstitucionalidade da PGE, que nós vamos conversar um pouco mais para frente. Temos  
204 também as resoluções do Conama associadas à emissão de fontes móveis, em especial o  
205 PROCONVE e o PROMOT. O PROCONVE, que é o Programa de Controle e Poluição de  
206 Veículos Automotores, então você tem lá a resolução de 86 a 18. Depois a gente teve as duas  
207 as nossas resoluções de 2018, que foram ali debates bastante acalorados. Muitos de nós  
208 participamos desses debates lá em 2018. A 490 para veículos pesados, que entrou a fase 8 do  
209 PROCONVE 8 para diesel, que já entrou em vigor nesse ano, no ano passado, a primeira fase.  
210 E a 492 da L7 e L8 para veículos leves, que entrou também em vigor do ano passado e tem a  
211 segunda fase em 2025. Já o PROMOT, a resolução 297, depois a 493, na quinta fase aqui, que  
212 eu acho que essa é uma resolução que, eventualmente, a gente vai ter que visitar, houveram  
213 pedidos para lidar com isso, mas ainda nessa primeira fase não foi das mais votadas, e  
214 basicamente o que a gente vê é que os programas nacionais estão evoluindo para ter essa  
215 convergência cada vez maior com os padrões internacionais. Só deixar bem claro a todos, quem  
216 não acompanha esse tema, essa temática, eu trabalhei muito na minha carreira profissional,  
217 aliás, dez anos atrás, oito, dez, quinze anos atrás nessa temática. Historicamente, o Brasil tinha  
218 cinco anos de defasagem em relação aos padrões europeus que nós utilizamos. Cinco anos.  
219 Hoje estamos quase dez anos atrasados de alguns padrões internacionais, então, são algo que  
220 a gente vai ter que lidar com isso no curto prazo e provavelmente essas agendas vão entrar no  
221 Conama nos próximos anos. A inspeção veicular, que também é prevista em lei, Código de  
222 Trânsito Brasileiro e outras, já foi regulamentada aqui pela Conama 419, que exigia elaboração  
223 dos planos de controle de poluição, a inspeção veicular, os programas de inspeção e  
224 manutenção de veículos, infelizmente nenhum estado até hoje conseguiu cumprir, nós sabemos  
225 a de sensibilidade política. Eu morava em São Paulo na época, ali quando foi feito o Programa  
226 de Extensão Veicular Brasil de São Paulo, depois saiu Rio de Janeiro, a gente sabe as  
227 dificuldades, mas bem, está prevista em lei, está prevista no Conama, e eu pessoalmente, por



228 ter atuado muito nesse tema na minha carreira profissional, não é um tema que eu gostaria de  
229 negligenciar. E, cada vez mais, acho que a gente vai ter que trazer projetos de censuramento  
230 remoto. Acho, inclusive que o Conama poderia rediscutir esse tema, basicamente o que a gente  
231 vê em estudos recentes, eu participei de um estudo desses há dois anos atrás, só vou citar aqui  
232 rapidamente para que todos possam ver, que hoje a gente tem uma desconformidade muito  
233 grande no padrão de emissão que não tem a ver com a idade dos veículos, então, a gente tem  
234 veículos muito antigos que cumprem padrões, já veículos muito mais novos que emitem 10 vezes  
235 mais do que é o então, isso seja no pesado, isso seja nos veículos leves, então você tem lá aqui,  
236 por exemplo, dentro de HC, esse gráfico mostra um veículo de 91, cumpre os padrões de HC, já  
237 um veículo de 90, da mesma data, emite 20 vezes mais. É a mesma coisa que acontece com os  
238 veículos modernos, então você tem um veículo de 2017, bem mantido, que cumpre muito bem,  
239 já um veículo novo, 2018, mal mantido, que seja emitir 20, 30, 150 vezes a mais, e basicamente  
240 o que a gente vê é que hoje, na prática, você tem uma porcentagem muito grande de reprovação  
241 em testes de censuramento remoto, e a ausência de programas nacionais que possam lidar com  
242 os limites atuais, não é, e esses limites de reprovação nos testes em bancada é algo que nos  
243 preocupa muito. E na ausência de uma política pública efetiva que se concretize lá na base,  
244 dentro dos estados e nos municípios, acho que o Conselho Nacional eventualmente vai ter que  
245 lidar para pensar em estratégias um pouco mais amplas. O governo federal tem já incumbência  
246 que vem desde lá do PRONAR, criar uma rede de monitoramento da qualidade do ar, esse foi  
247 um compromisso estabelecido lá no programa, onde as unidades federativas deveriam ter  
248 estações de monitoramento automáticas, um sistema integrado com estações de referência,  
249 eventualmente utilizando estações de referência com sensores de baixo custo, monitoramento  
250 por satélite de pontos críticos, e agora, mais recente, em especial com o PPCDAm, onde a gente  
251 acrescentou a questão das queimadas e impacto na qualidade do ar. O governo federal  
252 desenvolveu o Sistema Nacional de Monitoramento para receber esses dados dos estados, o  
253 projeto MonitorAr, ele já está andando, não é? Nós sabemos que ele é uma plataforma digital só,  
254 que recebe os dados gerados pelos estados, portanto, os estados que não gerem dados, nós  
255 não temos como recebê-los, não é? E a gente acredita que o sistema é hoje uma ferramenta  
256 muito boa para a gente ampliar o acesso desses dados de monitoramento à sociedade, a  
257 transparência. A própria Resolução 491, na decisão do Supremo Tribunal Federal, fala muito  
258 disso, da falta de dados, de transparência, de conscientização da comunidade, então, a gente  
259 vai ter que mexer muito com isso, e é uma prioridade hoje do governo federal que a gente possa  
260 auxiliar os estados nesse programa da rede nacional. Hoje a gente já tem 11 estados ligados ao  
261 programa, que tem o aplicativo, você tem lá as estações, o monitoramento, infelizmente toda a

262 região Norte, Centro-Oeste e alguns da região Nordeste ainda não tem essa rede de  
263 monitoramento da qualidade do ar, eu acho que ela deveria ser prioritária para a gente na política  
264 pública. Já combinamos com o Ibama de fazer o uso de compensações ambientais das multas  
265 para converter multas para bancar essas estações e o ano que vem, espero que a gente possa,  
266 dialogando aqui no Conama, finalmente entregar a compra de pelo menos uma estação  
267 referencial, com todos os sistemas e sensores de baixo custo, para todos os estados brasileiros.  
268 Essa é uma meta nossa, importante, aqui na Secretaria de Qualidade Ambiental, espero que  
269 seja um objetivo de todos nós. No PPCDAm, já temos o apoio do BNDES para bancar a rede de  
270 monitoramento da qualidade do ar associada a queimadas na região amazônica e um pouco na  
271 região centro-oeste. Espero que todos nós possamos trabalhar. O sistema é muito intuitivo, ele  
272 tem lá o mapinha, ele coloca as estações, o padrão, quando cumpre, não cumpre, e a gente sabe  
273 que em função das mudanças climáticas, El niño e tudo mais, isso vai ser cada vez pior. O tema  
274 das queimadas vem crescendo muito no Brasil, você vê que a temperatura média não para de  
275 aumentar, a umidade relativa caindo, a precipitação caindo, a velocidade do vento aumentando,  
276 o contexto de tendência para aumento de queimadas é muito grande, apesar de que a gente  
277 teve uma queda nos focos de incêndio, em especial aí no Amazonas, outras regiões dos últimos  
278 anos, o desmatamento está muito associado ao fogo, não é? A gente vê pelo do DETER, por  
279 exemplo, citar aqui o caso da Amazônia, uma conferência, uma coletiva de imprensa que a gente  
280 fez, a ministra fez essa semana, a redução do desmatamento, que nós estamos vendo se  
281 concretizar quase 50% a nível Brasil, isso ajuda muito a reduzir as queimadas, mas mesmo assim  
282 as queimadas estão ocorrendo em função do El niño e das mudanças climáticas. Então, é um  
283 tema muito complexo, mesmo tendo a redução do desmatamento, as queimadas ainda estão  
284 ocorrendo. Você vê aqui pelos dados do DETER, não é, de janeiro a setembro a gente teve uma  
285 redução pelo menos 64%, setembro 66%, mas mesmo com essa queda no desmatamento,  
286 lembrando que mais cerca de 80% das queimadas ocorrem em áreas desmatadas, mas hoje  
287 você tem um foco muito grande de calor, um aumento de focos de calor porque a matéria  
288 orgânica que está no solo, inclusive na floresta em pé, ela está muito seca e isso está gerando  
289 incêndios florestais, inclusive em áreas de floresta. Então, a gente precisa atuar muito para  
290 atualizar esse padrão de qualidade do ar, essas redes de monitoramento, porque mesmo  
291 reduzindo o desmatamento os incêndios florestais não estão caindo na mesma velocidade. Por  
292 isso que o PPCDAm, que passou a consultar pública no começo do ano, trouxe aqui já essas  
293 ações, como a elaboração dos inventários, os planos estaduais e controle das emissões  
294 atmosféricas, campanhas de sensibilização, desenvolver o sistema de monitoramento da  
295 poluição na Amazônia Legal e promover essa articulação com as capitais dos estados, com os

296 estados, para prevenir e ter resposta aos incêndios e também as campanhas informativas para  
297 a necessidade de redução das queimadas e dos incêndios. E um dos objetivos aqui da SQA  
298 dentro do programa, que nós seremos medidos por isso, é entregar esses inventários de  
299 emissões em todos os estados da região amazônica e entregar as estações de monitoramento.  
300 Indo nessa linha de conscientização e trabalho, a gente abriu um curso de gestão de qualidade  
301 do ar foi um sucesso absoluto, abrimos 1.500 vagas, 1.000 vagas, aumentamos para 2, foi 3.000  
302 vagas na primeira turma, abrimos agora a segunda turma em outubro, está aberta até dia 30 de  
303 outubro, gostaria de pedir apoio dos conselheiros que possam divulgar esse curso para a gente,  
304 é muito importante que tenhamos no nível nacional, federal, estadual, municipal, mais técnicos  
305 trabalhando com isso. O Congresso vem fazendo a sua parte, hoje a Política Nacional de  
306 Qualidade do ar avançou, o PL3027 está em terminativo, tivemos lá no Senado essa semana  
307 participando. É verdade que ele diminuiu, perdeu a ambição, a primeira versão aprovada ainda  
308 no PL quando era do deputado Paulo Teixeira, tinha 44 artigos, caiu para 22, o antigo governo  
309 enxugou muito a política, mas tudo praticamente que ele enxugou, que ele tirou da participação  
310 social, da menção da OMS ao padrão da OMS, dos instrumentos da política, várias coisas que  
311 foram retiradas, a nossa área técnica ao avaliar esses itens acha que não tem problema, porque  
312 exatamente o Conama é o melhor fórum para a gente regulamentar isso, então, em especial o  
313 tema do padrão da qualidade da cidade do ar, que isso ficou muito amplo aqui na PL. Nós temos  
314 essa incumbência de resolver isso. Lá no PL tiraram municípios, era muito expresso estados e  
315 municípios, foi retirado o município, mas como fala que são os integrantes do Sisnama, e nós  
316 consideramos que os municípios são parte, e aqui no Conama a gente vai tentar regulamentar e  
317 trazer os municípios para dentro desse debate. Então o PL tem, acho que, pontos muito positivos,  
318 apesar de ter ficado um pouco menor. Então, acho que tudo caminha bem. O Congresso deve  
319 aprovar ainda esse ano, a meta deles. Não vão mudar nenhum artigo para poder ser aprovado  
320 no Senado terminativo e ir para sanção. E aí, cai aqui para nós, conselheiros, a revisão da  
321 Conama 491, que é o tema mais importante dessa nossa reunião ordinária aqui da Câmara  
322 Técnica. Todos nós sabemos que ela dispõe sobre os padrões de qualidade, ela foi aprovada  
323 depois de cinco anos difíceis lá no Conama, ela trouxe muitos avanços como os planos de  
324 controle, relatórios anuais, o IQAr, a divulgação das informações, e ela já trazia esse  
325 compromisso de redução dos padrões em quatro etapas, com base em critérios técnicos, de  
326 acordo com as recomendações da OMS, que eram guias mais antigos, nós sabemos que a OMS,  
327 há dois anos atrás, inclusive, atualizou esses dados, porém, a Conama 491 não trouxe prazos.  
328 Isso fez com que o Supremo Tribunal declarasse ela em vias de inconstitucionalidade e nos deu  
329 prazo para resolver esse problema da inconstitucionalidade. Então, basicamente, o que ela trazia

330 é que os órgãos estaduais deveriam, distritais, elaborarem até três anos um Plano de Controle  
331 de Emissões Atmosféricas, pelo que eu saiba, 2018, três anos, então, final de 2021. Pelo que eu  
332 saiba, são poucos os estados, se eu não me engano eram sete, oito estados só que fizeram,  
333 então, em tese hoje uma boa parte dos nossos estados não conseguiu ainda fazer o que cumpre  
334 a resolução. Também dizia que os estados e o Distrito Federal a cada três anos teriam que fazer  
335 um relatório de acompanhamento e que caberia ao MMA elaborar um relatório anual de  
336 acompanhamento a ser apresentado na última reunião ordinária do Conama. Nossa equipe  
337 técnica está fazendo esse relatório, peço apoio aos conselheiros associados à ABEMA para  
338 articular com os seus estados, porque tem alguns estados que não estão nos respondendo ainda  
339 em relação a isso, isso é uma incumbência do Governo Federal, colocar na última reunião, nós  
340 colocaremos esse relatório e, obviamente, não vai ficar bom, não é, para ninguém ter um relatório  
341 lá com ausência de algum Estado em colocar. E, obviamente, a gente vem trabalhando muito  
342 bem hoje, cada vez mais municípios, estados e União. Então, acho que é muito importante que  
343 esses documentos mostrem isso. Então, aqui a resolução também trouxe que nós deveríamos  
344 ter o plano de controle atmosférico, os relatórios de avaliação da qualidade do ar, e que deveriam  
345 ser apresentados ao Conama até o quinto ano da publicação da resolução, que, por coincidência,  
346 seria esse ano. E a gente tem também aqui no artigo décimo a necessidade dos órgãos  
347 ambientais, estaduais e distritais, de criar o plano para os episódios críticos de poluição do ar,  
348 que também seriam submetidos à autoridade competente, que é um tema que a gente precisa  
349 debater. Então, a motivação de estarmos discutindo isso hoje é a ação direta de  
350 inconstitucionalidade 6148 da Procuradoria-Geral da República. A decisão do Supremo  
351 considerou que os padrões da 491 eram insuficientes aos direitos da informação, à saúde e ao  
352 meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme preza o artigo 225 e 227 da Constituição.  
353 O STF declarou a obrigação de edição de uma nova resolução sobre os padrões da qualidade  
354 do ar no prazo de 24 meses e essa decisão já transitou em julgado e a gente tem até setembro  
355 do ano que vem para publicar isso. Lembrando que em 2021 a OMS já publicou novos valores  
356 guias, então, obviamente, nós teremos que seguir esses novos padrões e que a não aprovação  
357 de uma nova resolução nesse prazo, que seria até setembro do próximo ano, resultaria na  
358 aplicação automática dos valores da OMS, enquanto perdurar essa omissão administrativa.  
359 Todos nós sabemos o caos que geraria isso. Você pensa em estados como a CETESB, por  
360 exemplo, a CETESB que o estado de São Paulo, atrela licenciamento ambiental, licenciamento  
361 de novas indústrias, atrelada à emissão das bacias atmosféricas. Então, imagina o problema que  
362 a gente geraria para os estados de uma não aprovação pelo Conselho de uma nova resolução e  
363 tivéssemos que seguir o que a decisão do Supremo diz. Então, na decisão, se coloca aqui a

364 necessidade de edição dessa resolução, que essa resolução deve considerar as atuais  
365 orientações da OMS sobre os padrões, que já está na proposta, na exposição de motivos, que  
366 foi levada lá ao CIPAM, e a realidade nacional e as peculiaridades locais. Então, ao mesmo  
367 tempo, a primazia da livre iniciativa, do desenvolvimento social, da redução da pobreza e da  
368 promoção da saúde. Então, acho que o prazo está correndo, temos menos de um ano para isso,  
369 nós sabemos a dificuldade de um tema como esse, da complexidade desse tema, por isso, eu  
370 peço a todos que a gente possa discutir com a maior brevidade essas alterações que foram  
371 propostas e, primeiro, seria a entrada dos padrões de qualidade do ar, a proposta feita pela área  
372 técnica da SQA em função da decisão do Supremo é que o padrão intermediário 1 deveria entrar  
373 em vigor logo na aprovação da resolução, até porque já passou cinco anos da resolução 491,  
374 então, já deveria ser desde esse ano, de qualquer maneira. Os padrões intermediários dois após  
375 cinco anos da aprovação e os padrões intermediários finais dez anos. Eu pessoalmente,  
376 confesso a todos que quando eu recebi essa proposta da área técnica eu fiquei um pouquinho  
377 chateado, eu achei cinco e dez anos muito largos os tempos, mas a área técnica tem a voz final  
378 e eles acham que realmente não seria muito fácil implementar nesse prazo, então, obviamente,  
379 aqui a proposta de resolução que veio do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria de  
380 Qualidade Ambiental, seguiu a orientação da nossa área técnica e a resolução está aí, a proposta  
381 de datas está aí. Obviamente, conselheiros que acham que o prazo seja menos ou mais podem  
382 discuti-lo aqui. E aí também a área técnica propôs a revogação do artigo 7 da resolução, nessa  
383 consolidação dos planos de controle de admissão e relatório da qualidade do ar pela MMA, para  
384 subsidiar a discussão de adoção de padrões, e também o prazo de elaboração dos planos e  
385 episódios críticos, não é? Porque lá fala que tinha que fazer, mas não colocava os três anos que  
386 nem ele falava do plano estadual, por isso a gente acha que tem que deixar aqui uma data já  
387 estabelecida, porque a 491 também teve essa omissão. E, obviamente, a gente faria a proposta  
388 de ajuste nos valores de divulgação do IQAr com os novos valores da OMS. Para facilitar os  
389 conselheiros, aqui a minha área técnica preparou esse slide, colocando aqui os padrões  
390 intermediários, o intermediário 2, que seria aqui, então, com a resolução do Conama, entrando  
391 que que você tinha proposta, e o que seria a nova proposta, que são os novos padrões. Então,  
392 você entraria já o padrão número 1, basicamente MP10 a gente entraria para 100 de 24 horas e  
393 35, para o padrão de MP10, e para o MP2.5, 50 e 17, que ainda são dados bastante altos. Vamos  
394 lembrar que a maior parte das cidades brasileiras tem, na média, de 10, 15, não é, de padrão de  
395 emissão, mesmo uma cidade como São Paulo, não é, que em tese seria uma das, com maior  
396 pressão ali de emissão de poluentes, a cidade de São Paulo gira na faixa de 20, 25, 30, não é,  
397 então, esses padrões ainda são bastante confortáveis e fáceis de serem atingidos, inclusive para

398 as grandes cidades. Então, a gente tem esses padrões iniciais, não é, que era lá da Conama  
399 491, trazendo eles aqui para a nova proposta, com a atualização que eles são basicamente os  
400 mesmos. Aí você teve a redução dos padrões finais, que é a última linha lá, o verdinho, que o  
401 padrão final do OMS antes era 50 20, para MP10 caiu para 45 15, para MP2,5 era 25 10, caiu  
402 para 15 5. E dióxido de enxofre, que tinha 20, 40. E os dióxidos de nitrogênio, 10. Então, a gente  
403 tem esse aumento aí, inclusive, da possibilidade dos dióxidos de enxofre. Sinceramente eu não  
404 sei, porque a OMS aumentou esses dados, mas aumentou, então, a padrão proposto pela OMS.  
405 E aí, como considerações finais aqui, encaminhamentos, acho que espero ter podido  
406 conscientizar todos os conselheiros dos impactos da poluição atmosférica na saúde da  
407 população e meio ambiente, a importância da gestão da qualidade do ar, que é feito por  
408 resoluções do Conama, e legislações estaduais, trazer a sensibilidade de todo esse baixo índice  
409 de cobertura de monitoramento da qualidade do ar, e a grande variação em número e tipos de  
410 equipamento. Hoje, o estado de São Paulo, o estado do Rio, praticamente sozinho, aí tem a  
411 grande maioria das estações. O número reduzido de inventários, relatórios e planos de controle,  
412 que já foram feitas. A aprovação dessa política nacional vai trazer muito mais rigor e competência  
413 para o Conama regulamentar várias coisas. Por isso, é cada vez mais importante que a gente já  
414 comece a trabalhar nesses atos normativos regulamentados, como os decretos, instruções  
415 normativas e essas atualizações do Conama. Então a nossa proposta, que veio da área técnica,  
416 era criar um GT de qualidade do ar, que obviamente ele tem o foco inicial aqui na 491, mas  
417 eventualmente ele vai ter que lidar com outras resoluções que são associadas a emissões que  
418 impactam a qualidade do ar. Não tem como a gente falar do padrão de qualidade do ar e  
419 eventualmente não discutir alguns outros assuntos. Então, aqui, inicialmente, essa é a primeira  
420 parte da apresentação. Gostaria de abrir para todos os conselheiros que pudessem fazer  
421 considerações, dúvidas a respeito da urgência da tramitação da 491. Temos aí menos de um  
422 ano para aprovar. Os encaminhamentos já propostos, inclusive aprovados, no CIPAM, na 16ª  
423 reunião que veio para todos nós aqui, iam nessa linha de que tínhamos que criar um grupo de  
424 trabalho para discutir a matéria, uma matéria bastante complexa. Lá no CIPAM, e todos devem  
425 ter visto, a nossa área técnica já fez uma exposição de motivos, já fez a proposta da nova  
426 resolução, só se concentrando nesses itens que o Supremo disse que estavam em vias de  
427 inconstitucionalidade e trago para os conselheiros comentário, para se todos concordarem eu  
428 traria depois pro plenário aqui plenário da câmara essa possibilidade de votação para criação da  
429 câmara técnica de qualidade do ar, desculpa, do grupo de trabalho, câmara técnica é outra não,  
430 não é? O grupo de trabalho sobre qualidade do ar. Abro para os conselheiros, por favor, quem  
431 quiser falar, só levanta a mãozinha. Maria Helena, por favor.

432 **A SR<sup>a</sup> MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
433 **Ambiente - ABEMA)** – Bastante interessante a apresentação, não é? Acho que é mais uma  
434 apresentação multifuncional, eu acho que todos aqui, não é? Temos interesse na melhoria da  
435 qualidade do ar. Eu queria reforçar que a gente acaba colocando muito ênfase nos  
436 padrões, os padrões são importantes, são balizadores, mas efetivamente quem reduz a  
437 qualidade do ar são as ações de controle e as políticas públicas, visando a melhoria e redução  
438 de emissão, visando uma série de melhorias. A proposta dos estados, a gente não discorda  
439 dessa proposta apresentada, eu acho que a gente tem que entender o contexto da OMS, a OMS  
440 segundo os próprios documentos dela, os valores guias, não são valores vinculativos, na  
441 verdade, juridicamente, e ela coloca que os estágios, ela não coloca nos textos dela, porque na  
442 verdade a gente assim, se limitou a pensar que as orientações da OMS é uma tabela de valores,  
443 não é uma tabela de valores, são documentos de mais de 400 páginas, assim como uma série  
444 de diretrizes. A própria organização, ela entende que os estados, os países devem considerar a  
445 situação econômica, social, do desenvolvimento tecnológico, antes de, eventualmente, adotar  
446 esses valores como valores livres. Então, isso é uma coisa que a gente tem que ponderar  
447 bastante. Ela coloca também... Porque hoje a gente sabe que 90%, segundo os próprios dados  
448 da OMS, 90% dos países, 90% das pessoas estão em áreas onde os padrões da OMS não são  
449 atendidos. Então, assim, são valores difíceis, difíceis de regularidade, e que não adianta a gente  
450 abaixar o padrão se não tiver associado políticas públicas de redução de emissão. A própria  
451 OMS também coloca, dentro desse novo guia que eles fizeram, que eles recomendam não  
452 diminuir o número de etapas que já estavam sendo propostas, que eles mesmo propuseram,  
453 então, vamos dizer, a OMS 2005 propôs três etapas intermediárias para se chegar ao padrão  
454 final, a OMS 2021 recomenda que sejam mantidas essas etapas, e depois criado um outro valor  
455 final que não está muito de acordo com o que estava sendo proposto pelo próprio ministério, que  
456 eliminou uma etapa, fundiu uma etapa, fundiu a antiga etapa 3 com a etapa 4, com o padrão final  
457 antigo. Então, isso não atende já o que está preconizado pela Organização Mundial de Saúde.  
458 A gente tem experiência e pode até depois apresentar dados. Assim, na pandemia, com toda a  
459 redução que teve de veículo, de frota, de atividade econômica, nós não atingimos nem o PF  
460 atual, padrão final atual. Nós ficamos na casa do P3 ou P2, dependendo do poluente. O ozônio  
461 aumentou. Então, no mundo, nossos estudos batem com o que a gente lê de literatura, do que a  
462 gente viu em outros estados do mundo. Na verdade, as reduções de material particulada foram  
463 pequenas, foram da ordem, se a gente pegar o primeiro mês, aquele mês que tudo parou, elas  
464 foram da ordem de 20%. Então, a gente se pergunta, quais são as medidas que têm que ser  
465 tomadas para a gente atingir esses padrões no tempo que está sendo proposto? Seria

466 interessante, talvez, que o Ministério apresentasse, assim, que estudos que ele fez de redução  
467 de emissão que vão ocorrer, para que esses valores sejam exequíveis. Porque, assim, a própria  
468 OMS, quer dizer, ela recomenda que a gente acompanhe. Então, a ideia inicial da resolução  
469 atual é que você veja, acompanhe a evolução, a qualidade do ar, veja como ela está evoluindo,  
470 que veja toda a parte de políticas que estão sendo implementadas e veja se é possível a gente  
471 avançar. Que foi o que o Estado de São Paulo fez e é o que está proposto na própria resolução  
472 atual. A resolução atual, ela propõe que em cinco anos a reunir-se todos os dados de qualidade  
473 do ar e os planos de controle e apresentasse isso para a gente ver se a gente poderia pular de  
474 etapa, ir para a etapa dois. Então, eu acho que a gente tem que pensar assim, é muito difícil  
475 botar prazo a priori, a gente vê que os países, nem a Europa, nem os Estados Unidos, adotam  
476 integralmente os valores que estão sendo propostos pelo OMS, não é? Então, eu acho que  
477 assim, a gente precisa avançar com calma, com calma e com responsabilidade, não é? No  
478 sentido de ser uma coisa factível, não é? Mas que seja que tenha, que seja sustentável, assim,  
479 sabe? Mudar só o padrão por mudar, vai ter um impacto grande em atividade econômica, em  
480 licenciamento, é óbvio que todo mundo quer que a qualidade do ar melhore, eu acho para isso  
481 que nós estamos aqui, mas eu acho que a gente tem que avaliar isso com um pouco mais de  
482 calma e com um pouco mais de cuidado, porque assim, a grande questão dessa resolução, ela  
483 não é técnica, é uma questão política, na verdade, é uma questão política de como nós vamos  
484 administrar esses prazos e como é que nós vamos evoluir. E toda a nossa proposta, o que a  
485 gente fez, isso é baseado em estudos técnicos, nós colocamos todos os nossos dados nos  
486 últimos cinco anos, levantamos o dado, sabe? Levantamos ultrapassagem, fizemos um estudo  
487 grande desde que saiu essa OMS 2021, essa resolução, nós fizemos um embasamento técnico  
488 grande dentro do que está sendo proposto e eu acho que dentro do que os estados estão  
489 propondo. Então, eu acho que a gente tem que ponderar e considerar um pouco essa parte,  
490 assim. Eu acho que a coisa tem que ser gradativa, gradual, atendendo a OMS, que é mantendo  
491 as cinco etapas que a OMS se propõe no documento de 2021 e avaliando factibilidade, porque  
492 vamos imaginar, gente, a grande parte dessa gestão, uma parte é do Estado, mas a gente tem  
493 gestão do governo federal, na parte de pontos móveis, tem gestão de município, na parte de  
494 mobilidade, então, eu acho que a gente tem que pensar bastante no que está sendo proposto.  
495 Eu acho que, basicamente, é isso. Eu gostaria, depois, se a gente quiser, uma outra  
496 oportunidade, a gente pode até fazer uma apresentação com as tabelas, com os dados do que  
497 a gente apresenta, mas a proposta dos estádios, sabe, isso também pode complementar, não é,  
498 enquanto rio, é manter as quatro etapas, não é, propostas que são as etapas atuais, inserir uma  
499 última coluna, que seria o padrão final de 2021, mudar para o P2 em dois anos, e as outras



500 etapas a gente avalia, negocia, vai avaliando conforme melhor a qualidade do ar, conforme os  
501 programas avançam. Então, a cada cinco anos a gente revisaria isso dentro do Conama, como  
502 faz o estado de São Paulo. O estado de São Paulo, ele avalia isso e com isso conseguiu reduzir  
503 os níveis de emissão. A gente foi pioneiro para propor a resolução de 2013. Fomos pioneiros,  
504 hoje o padrão de saúde de São Paulo é mais seguro do que o padrão emocional, mas, assim,  
505 a gente tem que fazer as coisas com factibilidade e gradativamente. Acho que basicamente é  
506 isso.

507 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
508 – Maravilha, conselheira Maria Helena, muito obrigado. Os seus comentários são bastante  
509 pertinentes. A gente, eventualmente, vai entrar nessas discussões, não é, a respeito de ter as  
510 quatro fases, que foi aprovado lá na 491, em tese a primeira fase já foi, então, sobrariam três,  
511 por isso que a nova proposta já vem em três, e algo que o Supremo, pelo que eu entendo da  
512 decisão, deixou claro a necessidade de a gente ter esses padrões já estabelecidos. Acho,  
513 inclusive, que se a gente só fizesse a norma do primeiro padrão e não fizesse prazo dos outros.  
514 Provavelmente a DI constituiria ainda inconstitucional, pelo que eu entendo, mas obviamente é  
515 um debate bastante complexo, então, deixar aqui para os outros conselheiros, e certamente  
516 vamos ter muito tempo para debater isso com calma, bastante parcimônia, colocando todas as  
517 questões envolvidas ali, que obviamente acho que nenhum conselheiro quer aprovar algo que  
518 não seja factível, porém, ao mesmo tempo, todos nós sabemos da nossa responsabilidade  
519 histórica relacionadas à proteção da saúde e os impactos, cada ano de atraso na implementação  
520 de medidas, o impacto que isso gera. Então, por favor, conselheiro, agora, Marco Caminha, da  
521 CNI.

522 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA – SUPLENTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL**  
523 **DA INDÚSTRIA – CNI) –** Estão me ouvindo? Boa tarde a todos. Boa tarde, secretário. Obrigado  
524 aí pela palavra. Na realidade, secretário, assim, eu queria corroborar aí que nós estamos em  
525 linha com o que os estados falaram, a Maria Helena representando a Adema aqui falou, não é,  
526 e até porque nós participamos de forma muito intensa aí na resolução da 491 e na primeira  
527 resolução também. E o nosso entendimento, alinhado com os Estados, é de que a passagem de  
528 um estabelecimento de um novo padrão, ele passaria por uma avaliação de tudo que já tinha  
529 sido feito, das possibilidades tecnológicas, não é, e possibilidades, inclusive, econômicas e  
530 sociais dos Estados estarem adotando um novo padrão. Essa passagem, ela seria um pouco  
531 mais complexa, não é, do que simplesmente está estabelecendo que, em determinada data,

532 haveria a transição para um padrão novo. Isso seria temerário sem ter uma avaliação profunda  
533 aí do que aconteceu no passado, de que forma se comportaram, inclusive a questão do próprio  
534 monitoramento, não é, e conforme o senhor mesmo colocou na sua apresentação, hoje a gente  
535 tem um monitoramento muito incipiente, não é? Porque poucos estados têm estações de  
536 monitoramento, os que têm, a maioria tem apenas uma estação aí de referência, e isso aí talvez  
537 não sejam dados suficientes. Inclusive, porque a gente também, dos poucos dados que temos,  
538 a gente não tem o consolidado para fazer uma avaliação. Considerando isso, a nossa posição é  
539 de que talvez a melhor situação seria a gente discutir essa questão na Câmara Técnica, porque  
540 seria muito mais uma decisão política do que técnica, essa decisão de prazos e a forma como  
541 fazer essa transição. E também entendemos que ganharíamos tempo, já que o nosso tempo é  
542 exíguo até setembro do ano que vem termos uma resolução aprovada e publicada. Então, assim,  
543 a nossa proposta nesse momento seria aprofundarmos essa discussão com os conselheiros aqui  
544 na Câmara Técnica, tomar uma decisão em cima dessas diretrizes e não criarmos o grupo de  
545 trabalho no momento, porque entendemos que o grupo de trabalho demandaria mais tempo para  
546 uma tomada de decisão, até porque teríamos que rediscutir novamente na Câmara Técnica as  
547 decisões do grupo de trabalho. Elas teriam que ser novamente avaliadas. Dessa forma que  
548 gostaríamos de colocar nosso posicionamento no momento. Obrigado.

549 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
550 – Olá, Marco. Obrigado pelo comentário. Passar aqui já para o Marcelo Marcondes,  
551 representando dos municípios da ANAMMA.

552 **O SR. LUÍS MARCELO MARCONDES PINTO – TITULAR (Representante da Região Centro-**  
553 **Oeste)** – Boa tarde, Adalberto, nosso secretário nacional. E através da Sandra, presidente da  
554 ANAMMA Santa Catarina, quero aqui saudar a cada um dos presentes e trazer o posicionamento  
555 da ANAMMA, em especial aqui uma mensagem do presidente Marçal, que está em trânsito hoje  
556 para uma agenda no Rio de Janeiro e não conseguiu estar presente. Nós entendemos toda a  
557 importância do que foi apresentado aqui, nós temos também esse entendimento das  
558 contribuições que já vieram até inclusive do próprio Marco que agora me antecedeu, mas o nosso  
559 posicionamento é para que seja criado, a ANAMMA, ela se posiciona, para que seja criado esse  
560 grupo de trabalho para discutir a 491, assim como a gente poder analisar também a 501, porque  
561 nós sabemos que vai demandar, pode ser que demande um pouco mais de tempo, que gere aí  
562 na sequência uma devolutiva para o sistema e com certeza vai voltar aqui para que a gente  
563 discuta após os trabalhos do grupo do GT, mas assim, nós não podemos findar hoje essa

564 discussão. É importante sim essa criação do GT, até mesmo para que a ANAMMA tenha  
565 condições de chegar nos seus demais diretores, por mais que a gente tenha a definição aqui,  
566 temos a representatividade da ANAMMA aqui, como conselheiros que somos, mas nós  
567 queremos sim expandir isso aí uma vez que a ANAMMA, ela representa os municípios. Nós  
568 sabemos que toda política pública já é um discurso antigo mas é uma coisa que a gente precisa  
569 reforçar e a gente tem visto isso até mesmo no próprio Conama, é uma crítica construtiva, que  
570 as políticas públicas tudo acontece nos municípios o Marçal sempre fala Montoro falava e todos  
571 nós temos consciência disso, nós não vivemos na União ou nos estados nós vivemos nos  
572 municípios, então, nós precisamos dessa sinergia, nós temos aqui pedido inúmeras vezes uma  
573 sintonia com as entidades como a Abema, como o Frente Nacional dos Municípios, CNM e  
574 muitas outras instituições a gente pede essa sinergia, porque se, eu vou dar um exemplo aqui,  
575 se a Abema não caminha junto com a ANAMMA, as políticas públicas não vão avançar, CNI  
576 terceiro setor assim como nós somos, nós precisamos ter essa sinergia, essa conectividade para  
577 entender que os interesses nossos são os mesmos no final, que é fazer as entregas das  
578 demandas e para que a gente faça entrega bem concreta, nós precisamos ouvir os nossos pares  
579 para que a gente possa se posicionar firmemente. Então assim, o posicionamento da ANAMMA  
580 hoje é muito claro, como todas as políticas públicas no final elas são executadas nos municípios,  
581 independentemente de onde ela foi criada, se ela foi criada, em qual esfera ela foi criada, cabe  
582 a gente ampliar um pouquinho mais essa discussão. Então, eu faço esse encaminhamento, peço  
583 aqui que a gente possa avançar na criação do GT, peço até o nobre colega conselheiro Marco  
584 que pense junto comigo nesse sentido, de que a gente possa ter um pouquinho mais de tempo  
585 dentro do GT, e aí sim voltar com uma proposta robusta, com uma discussão um pouquinho mais  
586 ampla, Marco. Pense aí junto comigo, vamos juntos nessa caminhada, vamos unir esforços aqui,  
587 todo esse grupo que está aqui presente hoje, para que a gente tenha oportunidade de ampliar  
588 um pouquinho mais esse diálogo, compartilhar com outros membros, até mesmo a ANAMMA,  
589 que possui seis cadeiras no Conama, para que a gente possa também ampliar esse debate entre  
590 os conselheiros representantes aí dos municípios, enfim, queria fazer esse encaminhamento,  
591 pedir aí o apoio de todos para que a gente avance, está bom, Adalberto? Desculpa aí ter  
592 alongado na fala, mas eu vejo que seria muito pertinente esse clamor aí dentro do grupo aqui,  
593 para que a gente tenha uma voz única e consiga trazer esse diálogo efetivo. Minha gratidão aí,  
594 uma boa tarde a todos.

595 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
596 – Obrigado, obrigado, conselheiro Marcelo Marcondes. Realmente é muito importante ouvir a

597 opinião dos municípios. E só fazer um esclarecimento, pessoal. Eu comentei ali que o PL de  
598 Qualidade do Ar do Senado tinha retirado a parte dos municípios, não é? Mas só fazer um  
599 esclarecimento aqui. A Cayssa, a nossa coordenadora da área técnica, ela colocou que, na  
600 verdade, a versão final deixou ainda no artigo 9, Estado, Distrito, e de forma a suplementar os  
601 municípios mediante decisão fundamentada em estudos técnicos... podem participar. E no artigo  
602 11 ela fala os municípios poderão contribuir na elaboração do inventário estadual. Então, assim,  
603 só deixar claro que o PL novo cita o município, não está como a versão antiga lá que colocava  
604 como um dos principais, mas coloca como um apoiador dos estados, por isso eu acho que é  
605 muito importante aí a manifestação da ANAMMA representando os municípios, que é bastante  
606 complementar, não é, a atuação dos estados. A próxima seria a Deise Delfino, por favor, da  
607 ABEMA, representando INEA no Rio de Janeiro.

608 **A SR<sup>a</sup>. DEISE DE OLIVEIRA DELFINO - TITULAR (Representante do Estado do Rio de**  
609 **Janeiro)** – Obrigada, Alberto. Boa tarde a todos. Eu venho a falar um pouco corroborando, não  
610 é, com o que a Maria Helena já colocou e também com o marco da CNI. Nós, como Estado que  
611 faz o monitoramento, tem uma rede de monitoramento extensa, como até o Adalberto citou na  
612 apresentação dele, nós fazemos essas análises desse monitoramento e hoje é uma grande  
613 preocupação para nós aqui no Rio de Janeiro e corrobora aí com São Paulo e outros locais que  
614 fazem esse monitoramento, que fica a cargo dos estados, da minuta que está sendo  
615 apresentada, desses prazos que estão sendo apresentados, que todos nós corroboramos, que  
616 os padrões da OMS propostos, são padrões bons, mas o que a gente tem que discutir de fato é  
617 os prazos para torná-los o P1, o P2 e os demais, o final. Então corroboro com a Maria Helena de  
618 que o principal que tem que ser discutido são esses pratos, que é uma discussão muito mais  
619 política, a parte técnica, ela está realmente muito bem fundamentada da necessidade de um dia  
620 alcançarmos esses padrões, mas como os estados, os municípios, como vamos fazer esses  
621 controles quanto tempo precisamos, isso é uma discussão mais em termos políticos do que, de  
622 fato, técnicas e aí eu vou discordar um pouco Marcelo você colocou, não é, seria necessária a  
623 formação de um grupo de trabalho para gente aprofundar a discussão junto com os nossos pares  
624 e, de fato, eu acho que a nossa representação aqui, não é, na câmara técnica não nos impede  
625 de em paralelo, fazer essa discussão com os nossos pares e trazer nessa representação aqui  
626 dentro da Câmara Técnica, não é, a voz dos demais membros que estamos representando. Era  
627 isso que eu queria colocar. Obrigada.

628 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
629 – Obrigado, conselheira Deise. O próximo aqui seria, novamente, a conselheira Maria Helena,  
630 da CETESB, representando a ABEMA.

631 **A SR<sup>a</sup> MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
632 **Ambiente - ABEMA)** – Então, só colocando também um pouco isso, que, na verdade, a gente  
633 entende, assim, essa resolução, ela foi discutida a exaustão, na verdade, a primeira, ela demorou  
634 cinco anos, foram 17 reuniões, dois seminários internacionais, então, ela foi discutida a exaustão.  
635 Hoje, a gente tem uma discussão que é muito mais política, que envolve o governo federal, que  
636 envolve os municípios, que que envolve outros setores da sociedade, mas essa discussão a  
637 gente entende que ela pode se dar, Marcelo, dentro do âmbito da Câmara Técnica. A ideia não  
638 é a gente decidir agora, nem bater o Marcelo agora, é a gente, dentro da Câmara Técnica, eu  
639 acho que todos aqui têm expertise para isso, a gente fazer essa discussão, que no fundo é muito  
640 mais uma discussão política do que técnica, porque a parte técnica, ela está... É, é uma parte  
641 política que está ligada a uma política de implantação, porque ela está muito... A parte técnica,  
642 de algum jeito, ela já está, vamos dizer, ela foi muito discutida. E o nosso medo também é o  
643 seguinte, quer dizer, indo para cá, a gente já tem um ano para fazer, ela vai para o grupo de  
644 trabalho, vai demorar, não sei mais quantas reuniões, e demora. E o grupo de trabalho, muito  
645 provavelmente, não vai chegar a um consenso como já chegou no passado, visto que ela deu  
646 uma decisão política. E aí, depois, nós vamos ter que rediscutir tudo que veio do grupo na  
647 Câmara. Quer dizer, nós, com certeza, não vamos conseguir atender o prazo do STF sobre o  
648 risco de todos os problemas decorrentes de não atender esse prazo. É isso que nos preocupa,  
649 sabe? Agora, eu acho que a gente pode discutir amplamente o decreto da Câmara Técnico,  
650 sabe, para a gente avançar nessa questão. Para a gente discutir no grupo, para depois rediscutir  
651 na Câmara, é perder tempo, é a gente gastar um tempo que nós não temos, não vou dizer perder,  
652 mas é gastar um tempo que a gente não tem. Então, tecnicamente, ela já está redonda, quer  
653 dizer, normalmente o grupo de trabalho é feito para você construir, às vezes, uma resolução que  
654 ainda não foi, está mais incipiente, aqui não. Então, eu não sei, eu acho que assim, a gente corre  
655 um risco imenso de não conseguir atender prazo e com pouco ganho efetivo, então gostaria de  
656 fazer um apelo para que as pessoas refletissem um pouco sobre esse posicionamento. Obrigado.

657 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
658 – Obrigado, Maria Helena, mais uma vez. Novamente, conselheiro Marco.

659 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA – SUPLENTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL**  
660 **DA INDÚSTRIA – CNI)** – Obrigado, secretário. Não é simplesmente para fazer um  
661 esclarecimento, que talvez a minha fala não tenha deixado claro, Marcelo. É que assim, não  
662 estou propondo tomar decisão agora, mas a proposta nossa era que essa discussão ficasse no  
663 âmbito da Câmara Técnica, o que, no nosso entendimento, agilizaria a tomada de decisão. A  
664 gente não teria uma etapa, teria uma etapa a menos nesse processo. Teria isso, a gente manter  
665 dentro da Câmara Técnica, discutir, não sei se a gente levaria quantas reuniões fossem  
666 necessárias, mas creio que a gente teria uma solução mais exitosa e em um prazo menor do que  
667 se abrirmos um grupo de trabalho até convocar e entrar novos membros dentro desse grupo de  
668 trabalho, etc. Demandaria mais tempo de debate entre eles e, retornando à Câmara da Técnica,  
669 conforme a Maria Helena falou e a Deise também, demandaria outro tempo de rediscussão da  
670 matéria, sabe? Então, a proposta seria realmente para a gente ganhar tempo, porque até nós  
671 finalizarmos isso e ainda vai ter que passar pela Câmara Jurídica e vai ter que ir para a plenária  
672 e depois ser aprovada e publicada, a gente realmente, talvez, secretário, uma ideia seria a gente  
673 ter um cronograma para essa questão, para a gente ter a data certa onde teria que estar  
674 finalizado, para a gente atender o prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal. Ok? Seria só para  
675 esclarecer isso, ou seja, a minha proposta não é esgotar hoje, mas sim manter no âmbito da  
676 Câmara Técnica até a gente esgotar a matéria e ganhar tempo com isso.

677 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
678 – Obrigado, conselheiro Marco. Conselheiro Bernardo, por favor.

679 **O SR. BERNARDO R. SOUTO – TITULAR (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO –**  
680 **CNC)** – Oi, pessoal. Boa tarde. Eu vou endossar aqui a defesa da gente não ter que discutir essa  
681 em uma matéria em um grupo de trabalho. Estou na Câmara Técnica aí, fazem acho que, 13  
682 anos, e já vi a gente discutir em grupo de trabalho uma matéria e a gente retornar com essas  
683 mesmas discussões e perder, não deixar de ganhar o tempo, como a Maria Helena falou, quando  
684 esse assunto é retomado na discussão da Câmara Técnica. Então, assim, eu acho que não criar  
685 o grupo e discutir a revisão da 491 na Câmara Técnica, a gente vai otimizar o nosso tempo e ir  
686 lembrando o que o Caminha bem falou. Tem que passar ainda pela jurídica, tem que ir para a  
687 plenária para depois ser publicada. Então, eu estou, assim, bem sensível a essa situação.

688 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
689 – Obrigado, conselheiro Bernardo. O próximo conselheiro é o Rodrigo.

690 **O SR. RODRIGO SILVA LEMOS – TITULAR (Região Sudeste - Instituto Guaicuy)** – Oi, gente.  
691 Boa tarde a todos. Rodrigo Lemos, Instituto Guaicuy, representando aqui as entidades  
692 ambientalistas. Queria trazer só duas questões. Eu entendo toda a complexidade de tempo e  
693 somos bem solidários a elas, estamos alinhando aqui. Mas a gente queria manifestar pela  
694 manutenção do grupo de trabalho. A questão central nossa, Adalberto, é principalmente a gente  
695 ter esse espaço específico onde alguns dissensos e algumas questões podem ser alinhadas,  
696 mas, principalmente, a gente conseguir manter ainda também a própria dimensão da Câmara  
697 Técnica. Se essa pauta ficar na Câmara Técnica, ela vai ocupar todos os nossos trabalhos pelo  
698 próximo ano. E nós estamos, na sequência, aqui discutindo uma priorização de outras áreas que  
699 também são importantes. Mas eu concordo com a proposição do Marco, de talvez, a gente  
700 pensar um cronograma retroativo da gente conseguir pegar e ter um tempo para o grupo, um  
701 tempo de retorno, talvez, para a Câmara e conseguir compatibilizar essas possibilidades, eu  
702 acho que pode ser um caminho aí para a gente conseguir ter uma certeza de que vamos atender  
703 o tempo. Obrigado.

704 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
705 – Obrigado, conselheiro Rodrigo. Mais algum conselheiro gostaria de comentar?

706 **O SR. LUÍS MARCELO MARCONDES PINTO – TITULAR (Representante da Região Centro-**  
707 **Oeste)** – Alberto, eu não levantei a mão no aplicativo, mas levantei a mão aqui. Pode ser? Está  
708 valendo?

709 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
710 – Pode ser, pode ser, porque não tem ninguém levantado.

711 **O SR. LUÍS MARCELO MARCONDES PINTO – TITULAR (Representante da Região Centro-**  
712 **Oeste)** – Foi mais rápido, porque eu estou pelo celular aqui. Eu queria, referendo à última fala  
713 do colega, eu acho que do Rodrigo. Eu acho que seria importante, se todos concordarem, fazer  
714 um encaminhamento aqui que a gente chegue nesse consenso. Estabelece-se um cronograma,  
715 porque daí também para que, como já foi colocada aqui a preocupação de que vá para um GT e  
716 fique aquela delonga, então, para que não tenha essa delonga, ou seja, um prazo muito longo  
717 de discussão no GT, mas que o GT de forma pontual e em um período bem curto possa debucar  
718 ali. Enquanto isso nós temos a oportunidade aqui de seguir com as outras agendas sem ir  
719 comprometendo e aí sim depois retorna para cá para uma definição pontual se for em uma ou  
720 duas reuniões que sejam necessárias, aí sim a gente esgota o assunto, mas para que a gente

721 pudesse avançar dentro de um cronograma aí com o GT. E aí, Marco, só fazendo uma  
722 complementação, eu entendi a sua fala, amigo, é que eu fiz um recorte ali, talvez eu não tenha  
723 sido tão feliz na hora que eu fui contribuir, mas eu tinha entendido que não era o posicionamento  
724 final seu, está? É que eu quis utilizar a parte da sua fala. Mas eu faço aí, Adalberto, esse último  
725 encaminhamento que seria isso para que a gente dentro de um cronograma o GT tenha um  
726 período curto específico ali para ele discutir e entregar para nós, talvez coisas que a gente não  
727 tenha visto que por mais que, como a Maria Helena colocou, por mais que já tenha sido um  
728 assunto bem esgotado, bem debatido, bem político, sejam outras expressões também aqui já  
729 colocadas. Muitos de nós não temos toda essa vivência nesse assunto e aí talvez seja importante  
730 esse momento do GT para que ajude a apurar o olhar. Então, nós não estamos pedindo muito,  
731 dentro do cronograma um intervalinho, um espacinho pequenininho para que o GT possa dar  
732 uma contribuição para nós, está bom? Era essa a minha fala, agradeço, devolvo a palavra.

733 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
734 – Obrigado, conselheiro Marcelo Marcondes, mais uma vez representando os municípios,  
735 conselheira Maria Helena.

736 **A SRª MARIA HELENA R. B. MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
737 **Ambiente - ABEMA)** – Eu só fico um pouco preocupada porque, na verdade, assim, em junho,  
738 em junho, quando é que essa resolução tem que estar pronta? Em junho, julho, para ela poder  
739 dar tempo de ser publicada até setembro. Então, o que me preocupa é assim, da gente ter uma  
740 discussão na Câmara Técnica, desculpa, nós vamos ter uma discussão, se a gente tiver uma  
741 discussão no grupo de trabalho, a gente vai gastar um prazo para discutir na Câmara Técnica,  
742 que vai ser praticamente o mesmo prazo que a gente já vai anunciar agora. Não vamos achar  
743 que a gente vai discutir no GT e não vai rediscutir isso tudo na Câmara Técnica. Então, se a  
744 gente gastar duas, três reuniões para discutir agora, depois o GT vai ter que gastar o mesmo  
745 número de reuniões para voltar a discutir. Só porque é uma questão política. O GT não é  
746 deliberativo, ele é um grupo técnico, então assim, nós vamos só, enfim, inserir nesse prazo um  
747 tempo pra gente ficar conversando, discutindo no GT, mas isso não vai aliviar, o tempo que a  
748 gente vai gastar pra discutir na Câmara Técnica com ou sem GT vai ser praticamente o mesmo,  
749 sob o risco de a gente não conseguir atender para o prazo do Supremo. Então, não sei, eu volto  
750 a fazer um apelo, eu acho que a gente tem que considerar, a gente discute isso aí, sabe, as  
751 outras agendas, elas estão, a gente vai ter tempo para cuidar delas depois, com um pouco mais  
752 de calma, mas nós estamos, assim, eu entendo que a gente está apagando um incêndio, então,



753 eu acho que não dá para deixar a casa fechar fogo enquanto eu vou cuidar de outras coisas,  
754 então, acho que a gente tem a gente tem que ponderar um pouco isso, pedir um pouco de  
755 consideração e um pouco de... Eu também não sei qual é a frequência que se imagina dentro da  
756 câmara, mas nós temos muito, muito, muito pouco tempo. Nós já perdemos um ano, nós  
757 perdemos praticamente mais de um ano já. Isso está posto há mais de um ano que a gente não  
758 avançou. Então, assim, eu me preocupo assim, vamos apagar o incêndio e depois a gente cuida  
759 do resto. Nós estamos com incêndio, pegando, nós estamos pegando incêndio em curso. Eu  
760 acho que é isso.

761 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
762 – Obrigado, opa, desculpa. Obrigado, conselheira. A Zuleika, que eu acho que ainda não se  
763 manifestou, representando a sociedade civil.

764 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária**  
765 **- AMAR) –** Boa tarde a todos. Eu estou com um problema de conexão, espero que dê certo aqui,  
766 terminar minha fala. Nós temos um posicionamento dentro da bancada ambientalista de apoiar  
767 a proposta de criação do GT. Nós estamos com um governo novo, um Conama novo, um  
768 regimento novo, retornando às atividades com um nível muito melhor de participação e diálogo  
769 com o governo. Conama e a Secretaria qualidade ambiental, tem toda a condição, capacidade  
770 de fazer as reuniões com agilidade, que acredito que é esse o pensamento. Tenho certeza de  
771 que a secretaria está pensando em como fazer esse cronograma, tem no radar as datas de  
772 vencimento da decisão do STF. O GT vai ser muito melhor para a sociedade civil e para os  
773 municípios, principalmente, que são os mais impactados pela essa questão, que não é somente  
774 política também, nós temos que fazer ajustes técnicos, é necessário, houve, há diferenças entre  
775 a negociação que estava acontecendo antes, não só no ambiente político, mas no ambiente  
776 técnico, tecnológico, e eu entendo que vai dar mais trabalho, mas nós temos que trabalhar. Não  
777 tem como a gente fugir agora do enfrentamento das questões conflitivas, e elas podem ser  
778 melhor ajustadas no grupo de trabalho, de composição aberta, do que na Câmara Técnica, com  
779 a pressão de deliberação. situação. Eu acho que tem que amadurecer primeiro, todos temos que  
780 tomar pé da situação, e o grupo de trabalho é o espaço ideal, tanto é que o regimento prevê isso  
781 justamente para isso, não é? Então, a nossa posição é muito clara. Queremos também a  
782 participação do Ministério Público federal, achamos importantíssimo que o Ministério Público  
783 esteja conosco, acompanhando, e acredito que o cronograma vai dar certo. Eu tenho certeza de  
784 que vai dar certo. O meu trabalho aqui, o nosso trabalho da bancada ambientalista, é um trabalho

785 voluntário e nós estamos querendo trabalhar mais. Nós não vamos fugir da responsabilidade.  
786 Muito obrigada.

787 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
788 – Obrigado, conselheira Zuleika, deu para ouvir você bem, mas também o outro conselheiro da  
789 Sociedade Civil também já tinha trazido essa perspectiva da importância de ter a Câmara Técnica  
790 para ampliar um pouco mais o debate. Conselheiro Marco, mais uma vez.

791 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA – SUPLENTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL**  
792 **DA INDÚSTRIA – CNI) –** Bom, obrigado, secretário. Bom, que é um prazer escutá-la novamente,  
793 Zuleika, apesar de não estar vendo a sua imagem depois de tanto tempo. Não só lembrando  
794 aqui, Zuleika, que essa resolução, quando ela foi elaborada, ela foi elaborada no governo Lula e  
795 governo Dilma. As discussões se deram naquele âmbito e houve o acompanhamento o tempo  
796 inteiro do Ministério Público Federal nos debates e a participação da sociedade civil foi intensa  
797 durante todo o período. Inclusive, as negociações foram muito intensas durante o período todo.  
798 Só lembrando, só para lembrar esse processo, conforme a Maria Helena tinha falado, foi um  
799 processo longo, com muitas reuniões, inclusive, na própria Câmara Jurídica também ele  
800 demandou um número de reuniões, se não me engano foram três reuniões para conseguir fechar  
801 a resolução. E isso com a participação também do Ministério Público e da Sociedade Civil  
802 organizada, ok? Só para lembrar que o processo anterior, como ele se deu. Obrigado.

803 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
804 – Obrigado, conselheiro Marco. Conselheira Fátima, por favor.

805 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (Ministério Público Federal) -** Eu agradeço.  
806 Eu lembro também que foi feita toda essa discussão, no entanto, é importância profunda demais,  
807 porque ela foi levada ao Supremo. E o supremo deu várias outras também, resoluções, a  
808 obrigatoriedade de revisar. Inclusive, essa do padrão da qualidade do ar, foi uma representação  
809 que eu também descrevi junto com um colega do MPF, eu estava presente também, me  
810 manifestei muitas vezes contrariamente, dizendo que aquilo não ia dar certo, não ia dar certo,  
811 realmente não foi, não deu. O supremo veio e determinou que modifique, não é? Então, é só  
812 para lembrar. Eu, como membro do Ministério Público Federal, eu poderei participar por força da  
813 lei, todas as condições, o plenário, tem direito a voto, evidentemente, mas poderei participar.  
814 Mas lembro que participei das anteriores e tinha levantado várias premissas lá, que depois foram

815 colocadas na minha representação, que levava para o papel da Procuradoria-Geral,  
816 [ininteligível]. Está bom? Obrigada. Eu peço desculpas que eu vou ter que me retirar.

817 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
818 – Está bom. Obrigado, conselheira Fátima. Ficamos um pouco comprometidos aqui com o  
819 volume de ouvi-la, mas acho que deu para entender um pouco, sim. Obrigado, viu? Maria Helena,  
820 pediu novamente ou só tinha mantido aberta?

821 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
822 **Ambiente - ABEMA) –** Não, pedi novamente. Eu queria entender um assim, qual é a frequência  
823 que essa Câmara está pretendendo se reunir, qual é o cronograma que se pensa em termos de  
824 reuniões da Câmara?

825 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
826 – Eu assim... Como a gente inverteu a pauta, conselheira, eu não acabei não mostrando ali, mas  
827 a gente tem pelo menos 12 resoluções bastante importantes que tiveram votação alta, então, a  
828 Câmara Técnica vai ter uma frequência muito grande, assim, imagino que dois, três meses a  
829 gente vai ter que tentar se reunir, corroboro com a preocupação da ANAMMA e da sociedade  
830 civil de que se a gente ficar só discutindo uma outra resolução aqui na Câmara Técnica, a gente  
831 corre o risco dela monopolizar os debates, até porque, como foi citado pelos representantes dos  
832 estados, vocês enxergam isso muito mais como um debate político, não é? Eu pessoalmente,  
833 acho que é um debate mais técnico, até corroborando com o que a Conselheira Maria Helena  
834 trouxe, para a gente discutir padrões, a gente tem que discutir as fontes de emissão, as  
835 tecnologias, as mudanças que vêm ocorrendo, porque uma subsidia a outra. Então,  
836 pessoalmente, eu entendia que faria muito mais sentido mesmo ter uma Câmara Técnica, porque  
837 a Câmara Técnica, o grupo de trabalho, desculpa, o grupo de trabalho ele pode ouvir mais  
838 pessoas, ampliar o debate, ser mais focado nisso, aí eventualmente trazer para o debate da  
839 Câmara Técnica com mais substâncias, como a própria conselheira da Abema trouxe, que  
840 precisa de argumentações para a gente poder tomar, inclusive, essa decisão eventualmente  
841 política. Mas para tentar conciliar um pouco a proposta da sociedade civil e dos municípios,  
842 contraponto do setor privado e dos estados, eu gostaria, então, de fazer uma proposta que a  
843 gente, independente de ser na Câmara Técnico ou no Grupo de Trabalho, colocasse um prazo  
844 máximo de três meses para a gente tentar chegar aos últimos consensos, se essa matéria foi  
845 debatida por cinco anos, depois de cinco anos, fez a resolução. A resolução foi considerada  
846 insuficiente pelo Supremo. A Abema já nos considerou que acha que, do ponto de vista técnico,

847 já foi discutido, que é uma discussão política. A sociedade civil acha que ainda precisa de um  
848 debate técnico ouvindo outras pessoas. Então, a minha proposta é que a gente colocasse um  
849 prazo de três meses para que, na próxima reunião da Câmara Técnica, ou daqui duas reuniões  
850 da Câmara Técnica, não é, dependendo da agilidade, daqui três meses a gente tivesse já um  
851 parecer da Câmara Técnica ou do Grupo de Trabalho para que a gente possa tramitar o debate  
852 mais político. Então, eu gostaria de colocar aqui para todos que consideram que três meses seria  
853 suficiente para a gente fazer esse debate, seja no Grupo de Trabalho ou na Câmara Técnica.

854 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA – SUPLENTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL**  
855 **DA INDÚSTRIA – CNI)** – Secretário, desculpe, não levantei a mão, mas só para lembrar que,  
856 dentro desses três meses, vão ter um mês de dezembro, que praticamente é um mês que não  
857 se faz nada, tem Natal, Ano Novo, não é? E nós vamos ter um carnaval aí no meio de fevereiro,  
858 que também em fevereiro fica inviabilizado a metade do mês.

859 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
860 – Sim, só lembrando, não é, conselheiro, em especial, o senhor que representa a indústria, se  
861 nós não cumprimos o prazo, a partir de setembro do ano que vem, todas as indústrias do Brasil  
862 estarão irregulares e o Ministério Público vai processar todas as indústrias do Brasil por não  
863 cumprir padrões de emissão, não é? Então, assim, eu sei que tem final de ano, tem carnaval,  
864 mas assim, quanto antes a gente discutir, melhor. Para mim, se eu fosse representante na  
865 indústria, simplesmente postergar e jogar o debate *ad aeternum* para o infinito nunca resolve o  
866 problema, não é? Então, bem, se três meses não forem suficientes, podemos ter quatro meses  
867 para debater essa matéria? Lembrando que a gente tem nove, não é? A gente tem nove para...

868 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA – SUPLENTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL**  
869 **DA INDÚSTRIA – CNI)** – Desculpe, eu não quis dizer isso, não quis dizer isso. Eu só falei para  
870 a gente considerar, nesses três meses, na hora que a gente organizar o cronograma, nós temos  
871 aí a metade de dezembro que as pessoas saem de férias e também o mês de fevereiro. Foi isso  
872 que eu quis dizer, eu não quis postergar, não tenho ideia de postergar. Só considerar o nosso  
873 cronograma que existe esse período que a gente não pode contar com eles.

874 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
875 – Ah, não, com certeza, não é? Acho que dezembro ali, em especial períodos festivos, começo  
876 de janeiro, carnaval, nem adianta marcar reunião que ninguém vai aparecer, não é? Com certeza,  
877 mas acho que é... Obrigado pela consideração. Bernardo?

878 **O SR. BERNARDO R. SOUTO – TITULAR (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO –**  
879 **CNC)** – A manifestação, secretário, era no sentido de que a criação do grupo de trabalho vai  
880 postergar mais ainda essa discussão. E aí eu fiquei na dúvida, agora são três meses para discutir  
881 o grupo de trabalho e também internamente na Câmara Técnica? Ou três meses no grupo de  
882 trabalho e o assunto vem para a Câmara Técnica?

883 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
884 – Sim, o que a gente tinha imaginado é o quê? Já tem dez anos de acúmulo de debates técnicos  
885 que foram feitos, não é? Então, esse grupo de trabalho sistematizaria tudo que foi feito,  
886 atualizaria na medida dos desenvolvimentos tecnológicos, do que o resto do mundo está  
887 fazendo, da decisão do Supremo, que nos traria daqui três, quatro meses, um encaminhamento  
888 para que o debate político ocorresse. Na próxima reunião da Câmara Técnica, que eu imaginaria  
889 que seria só no começo do ano que vem, mas eventualmente pode ter ainda uma no final do  
890 ano, a gente vai pegar esse encaminhamento e entrar no debate mais político, conforme proposto  
891 aqui pela Abema, para depois encaminhar para a Câmara jurídica que tem o seu tempo não é,  
892 que eu não sei assim os conselheiros mais antigos aqui, quanto tempo demora normalmente  
893 manda lá para a cama jurídica?

894 **O SR. BERNARDO R. SOUTO – TITULAR (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO –**  
895 **CNC)** – O Caminha falou aí, são foram três reuniões lá, não é?

896 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA – SUPLENTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL**  
897 **DA INDÚSTRIA – CNI)** – É, mas é porque a época é essa discussão ela foi longa mesmo e tinha  
898 uma série de questões, nesse caso aí talvez uma reunião no máximo...

899 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
900 – É, porque vai ter o prazo não é tem o prazo do Supremo contando ali, então, assim, não é?

901 **A SR<sup>a</sup> MARIA HELENA R. B. MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
902 **Ambiente - ABEMA)** – É, mas acho que a gente tem que fazer a conta ao contrário. Precisamos  
903 começar com o seguinte, essa resolução tem que estar pronta em junho, não é? Então, para ela  
904 estar pronta em junho, quando ela tem que ir para a Câmara Jurídica? Para ela ir para a Câmara  
905 Jurídica, quando ela tem que estar consolidada na Câmara Técnica? Quantas reuniões a Câmara  
906 Técnica vai fazer, com que frequência? Para aí a gente ver se cabe tempo para a gente fazer o  
907 GT. Tem que fazer ao contrário, a gente está começando daqui para cá, tem que fazer de trás  
908 para frente. Então, acho que tem que levantar efetivamente qual vai ser a data da plenária,

909 quando ela vai ser publicada, qual vai ser a plenária que vai acontecer o ano que vem, sabe?  
910 Qual antecedência ela tem que estar saindo da jurídica para ir para a plenária, sabe? Que  
911 antecedência ela tem que sair da câmara técnica para ir para a jurídica, para aí a gente chegar,  
912 sabe? Que frequência de reunião de câmara técnica que nós vamos fazer, porque em uma  
913 reunião de câmara técnica, com certeza, nós não fechamos isso. Pode ter certeza, porque nós  
914 discutimos isso muito nas outras câmaras técnicas, então, acho que nós temos que fazer a conta  
915 ao contrário.

916 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA – SUPLENTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL**  
917 **DA INDÚSTRIA – CNI) – Inclusive...**

918 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
919 – Eu vou pensar, o prazo é setembro, não é? Vamos imaginar que a reunião do Conselho ocorre  
920 normalmente três meses, setembro, agosto, julho e junho. Então, deve ter passado, pelo jurídico  
921 ali, tem que ter passado junho. Vamos falar, então, dois meses do jurídico, junho, abril, a gente  
922 vai precisar pelo menos dois, três meses aqui. Então acho que assim, eventualmente a gente  
923 pode ter aí três meses mesmo, é o que daria, porque em fevereiro a gente já tem que estar  
924 encaminhando isso para uma decisão final aqui da Câmara Técnica, porque se a Câmara  
925 Técnica não decidir até fevereiro, março do ano que vem, aí a gente para de discutir o assunto,  
926 foca em outros e deixa o Supremo legislar em nosso nome. Mostra mais uma vez que a área  
927 política eventualmente não conseguiu consenso e deixa o Supremo continuar legislando e a  
928 gente vai ouvir críticas em relação ao ativismo político do Supremo, mas o Supremo faz o papel  
929 de guardião da Constituição quando o mundo político não faz o seu papel. Podemos então,  
930 pessoal, deixar três meses de debate, seja na Câmara Técnica, seja num grupo de trabalho?

931 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
932 **Ambiente - ABEMA) –** Então, espera aí, confia que há que mês até, então vamos que mês que  
933 a gente fecha, até...

934 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
935 – Vamos falar, 11, 12 de janeiro, né? Então, aí contando que é fevereiro, até o final de fevereiro,  
936 três, quatro meses, né? Que fevereiro não conta direito, né?

937 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
938 **Ambiente - ABEMA) –** Mas assim, fevereiro fechado, na Câmara Técnica, é isso?

939 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
940 – Isso, fevereiro... É, a Câmara Técnica, a gente vai se reunir uma ou duas vezes até fevereiro.  
941 Por isso que, pessoalmente, eu, assim, que...

942 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
943 **Ambiente - ABEMA) –** E antecipar, sabe? Tem mais reuniões. Antigamente, a gente reunia  
944 mensais, de dois a três dias, sabe? Para fechar isso aí, saber por quê. E a gente vai demorar  
945 para discutir isso na Câmara Técnica. Não vai ser em uma das reuniões que nós vamos fechar.  
946 Assim, a gente tinha, no ano passado, um número mais frequente. Eu acho que todo mundo quer  
947 trabalhar também, como disse a Zuleica. Então, assim, a gente tinha reuniões mais frequentes  
948 dentro do âmbito da Câmara Técnica.

949 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
950 – Eu acho uma boa proposta, Conselheira, da gente tentar fazer ali, pelo menos no começo do  
951 ano, então, várias, algumas por mês, uma ali no começo de fevereiro, uma em março, uma em  
952 abril, até a gente esgotar o debate, né? Abril, ali, que seja...

953 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
954 **Ambiente - ABEMA) –** Tem que estar fechado em março, não é? Até final de fevereiro, é isso  
955 que nós estamos levantando. Tem que estar fechado na Câmara Técnica no final de fevereiro.  
956 Então, a gente tem que fazer uma agenda agora para trás. Se a gente quiser botar o grupo de  
957 trabalho, vai demorar mais e a gente vai ter que ter as reuniões mais frequentes da Câmara  
958 Técnica para a gente poder fechar isso no final de fevereiro.

959 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
960 – Claro. Não, eu acho que não vejo problema. Eu acho que a Câmara Técnica e os conselheiros  
961 vão fazer as reuniões necessárias para que a gente feche o texto final. Pessoalmente, eu acho  
962 que um grupo de trabalho nos ajuda. É um grupo que vai se reunir, vai ampliar o debate, vai fazer  
963 a sistematização, vai atualizar conforme tudo e vai nos trazer mastigado. Se a gente for discutir  
964 toda a complexidade aqui dentro, vai dominar a Câmara Técnica por um ano aqui e nenhum  
965 outro dos assuntos extremamente importantes poderiam ser discutidos. Por isso, a proposta  
966 encaminhada pelo grupo técnico, pela área técnica do Ministério, foi no sentido de criar esse  
967 grupo de trabalho para que a gente possa consolidar o estado da arte do debate, eventualmente  
968 discutir o que falta ser discutido do ponto de vista técnico, e ter clareza quais são os debates  
969 políticos que precisam ser feitos. Então, acho que todos nós concordamos aqui com o prazo

970 exíguo, esses três meses. Opa, tem de novo aqui, mais duas conselheiras a levantar a mão,  
971 desculpa, a Zuleica e depois a Deise.

972 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária**  
973 **- AMAR)** – Então, eu queria te perguntar qual é a tua proposta de organização, né, de  
974 cronograma desse GT e lembrar uma coisa, a gente vem fazendo reuniões virtuais de duas, três  
975 horas, para um grupo de trabalho, eu me lembro, né, quando não eram virtuais, reuniões. Era o  
976 dia inteiro, né? Reuniões o dia inteiro. Começava de manhã, a gente parava na hora do almoço,  
977 ia até seis da tarde. Eu acho que começa por aí. A duração das reuniões, elas não podem ser  
978 muito curtas, porque envolve a necessidade de muita gente falando, né? São reuniões com mais  
979 participantes do que os membros da Câmara Técnica. E esse cronograma poderia ser feito de  
980 maneira que o GT tivesse pelo menos umas três reuniões, não sei, não tenho muita ideia de  
981 como vai ser, porque vai depender muito da coordenação, da agilidade, da experiência, da  
982 coordenação do GT, de fazer todos os ajustes, trabalhando em cima da proposta, e aqueles  
983 pontos jurídicos que não estão de acordo iriam então para a Câmara Técnica para a deliberação  
984 final. Então, se a última plenária antes de setembro seria em julho, você falou, né, Alberto? Julho?

985 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
986 – Isso.

987 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA** – Então, nós temos seis meses, oito meses daqui para lá para terminar na  
988 plenária. A Câmara de Assuntos Jurídicos pode sempre ser convocada extraordinariamente. Não  
989 tem problema. Câmara Técnica também, de qualidade ambiental, pode ter reuniões  
990 extraordinárias. Então, eu acho que é isso. Eu acho que, apesar de ter havido, né, Marco  
991 Caminha, tudo bem? Da Fiesp, tudo bom? Apesar de ter havido toda essa discussão no passado,  
992 ela era uma discussão emperrada, eu me lembro bem, de não sair do mesmo lugar. Eu acho que  
993 agora com o STF, com a espada do STF na nossa cabeça, eu acho que todo mundo vai ceder  
994 um pouco. Todos vão ceder um pouco e a gente vai conseguir chegar no consenso. É isso.  
995 Obrigada.

996 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
997 – Obrigado, Zuleica. Eu estou vendo aqui, pelo regimento, a Câmara Técnica, né, propõe a  
998 criação. Cadê aqui? Acabei de perder. Pode propor a criação, né, do grupo de trabalho. Tem  
999 aqui o número de pessoas, de coordenador, tal, tal, tal e depois aqui no artigo 48 fala de votação.  
1000 E o grupo de trabalho será composto no mínimo por cinco membros, garantida, sempre que



1001 possível, a paridade entre os segmentos. Indicação ao grupo de trabalho pode ser efetuado  
1002 mediante comunicação da instituição à presidência da Câmara Técnica que é a secretaria  
1003 executiva, o grupo de trabalho se reúne em sessão pública, que é algo eu acho que bastante  
1004 interessante, né, por ampliar um pouco o debate, trazer transferência. A criação do grupo de  
1005 trabalho deve ser comunicada a todos os conselheiros, que deverão entrar em contato com a  
1006 sua respectiva representação para indicar os membros. O grupo de trabalho terá um  
1007 coordenador, vice-coordenador e relator, qual será escolhido pela respectiva Câmara Técnica,  
1008 sendo necessário conselheiro ou coordenador. O vice-coordenador só assumirá a função na  
1009 ausência do coordenador. Coordenador e vice-coordenador deverão pertencer a segmentos  
1010 diferentes. Coordenador do Grupo Trabalho deverá zelar pelo bom andamento das reuniões,  
1011 podendo, inclusive, suspendê-la, devendo assinar o documento elaborado pelo ator, responsável  
1012 pela apresentação. É responsabilidade do coordenador do Grupo Trabalho encaminhar à  
1013 Secretaria Executiva, no prazo de dez dias após a realização de cada reunião, para divulgação  
1014 da documentação técnica e científica que suporta a proposta, bem como o resumo.  
1015 Funcionamento: O grupo de trabalho terá caráter temporário e estabelecerá em sua primeira  
1016 reunião o cronograma, devendo ser instalado em até 30 dias a partir da sua instituição. Reuniões  
1017 do grupo de trabalho serão convocados pelo coordenador, de comum acordo com a Secretaria,  
1018 em antecipação de 10 dias. A reunião do grupo de trabalho poderá ser realizada a critério da  
1019 Secretaria, em caráter excepcional, fora do Distrito Federal, mediante solicitação. Documentos  
1020 para reunião serão disponibilizados no site do CONAMA, com antecipação de 5 dias úteis. não  
1021 serão concedidos pedidos de vista à matéria que tramita no Grupo de Trabalho. O relatório do  
1022 Grupo de Trabalho será encaminhado à Câmara Técnica, devendo eventual dissensos dos  
1023 segmentos e entidades que integra. Então, aqui, Zuleica, que acho que já falou, antes de passar  
1024 para a Deise, só conferir aqui com a secretaria, a Câmara Técnica e Qualidade Ambiental são  
1025 cinco membros, né? E cinco suplentes?

1026 **A SR<sup>a</sup>. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA) – Não, são dez.**

1027 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1028 **– São dez?**

1029 **A SR<sup>a</sup>. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA) – Dois de cada**  
1030 **segmento, isso.**

1031 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1032 – Dois de cada segmento está então 10 e para câmara técnica tem que ter então no mínimo 5  
1033 respeitando essa proporcionalidade, mas não fala de número máximo se quiser que a câmara  
1034 tem mais gente pode ter, né?

1035 **A SRª. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – Se o grupo de trabalho  
1036 quiser ter mais gente, sim, pode.

1037 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1038 – Está bem. Eu acho que, pessoal, é uma matéria que a gente já está praticamente uma hora ali  
1039 né discutindo os mesmos termos então vou deixar desde mais uma vez e depois, se me  
1040 permitirem, fazer uma proposta de encaminhamento.

1041 **A SRª. DEISE DE OLIVEIRA DELFINO - TITULAR (Representante do Estado do Rio de**  
1042 **Janeiro)** – Bem, dentro do que a gente está discutindo, e até o que o secretário está colocando,  
1043 né, o que nós vamos precisar para a elaboração da Câmara Técnica, e aí pensando nesse prazo  
1044 até fevereiro, final de fevereiro no máximo, para já trazer para discussão, para que a gente possa  
1045 fazer os encaminhamentos finais relacionados à minuta da resolução, para encaminhar para  
1046 assessoria jurídica, para o jurídico fazer a avaliação, acho que a gente tem muito pouco tempo  
1047 e teria pouco tempo para discussões também dentro dessa Câmara Técnica. E, assim, continuo,  
1048 como foi colocado por outros, entendendo que... Câmara Técnica não, Grupo de Trabalho,  
1049 perdão. Entendendo que as discussões a gente pode fazer um cronograma aqui de discussão e,  
1050 em paralelo, fazer outras reuniões internas, nossas, com os nossos pares, para poder trazer as  
1051 alterações que entendemos necessárias dentro da minuta que já foi apresentada.

1052 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1053 – Maria Helena, alguma coisa nova? Porque eu sei que a gente está repetindo, os conselheiros  
1054 estão repetindo os temas, para poder fazer encaminhamentos.

1055 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1056 **Ambiente - ABEMA)** – Não, só queria que ficasse mais claro qual é o cronograma, porque para  
1057 mim, e que esse cronograma, se for apresentado, ele é não prorrogável, não é discutir até chegar  
1058 a um consenso, são não sei quantas reuniões, até tal dado. Mas eu queria entender o  
1059 cronograma e que ele fosse apresentado para a gente ver o que a gente está votando. Assim,  
1060 para a gente ter um cronograma...

1061 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1062 – A proposta hoje não é discutir o cronograma, o cronograma é apresentado pelo grupo de  
1063 trabalho, na primeira reunião que eles se reúnem. A proposta hoje aqui, a gente pode colocar o  
1064 prazo, ele fala, é como eu acabei de ler aqui né, vou até reler aqui ó: O grupo de trabalho é  
1065 temporário, já definimos que será três meses, porque ele tem 30 dias para ser formado. Então,  
1066 vamos lá, até o final de novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, então três meses no máximo né,  
1067 porque eu acho que é muito difícil a Câmara de Trabalho se reunir várias vezes daqui até  
1068 fevereiro. A gente tem final de ano, tem um monte de coisa. Já o grupo de trabalho, por ser  
1069 menor, e poder trazer entidades especializadas que defendem esses temas, talvez seria melhor.  
1070 Seria três. Daí, ó, a reunião do grupo de trabalho será coordenada, é convocada pelo  
1071 coordenador, com antecipação de dez dias, e será feita. Deverá encaminhar na técnica,  
1072 coordenador, cadê aqui que fala do deverá zelar pelo bom andamento, inclusive acionar o  
1073 documento, e caminhando para os 10 dias, deverão contar, tem um lá aqui que ele fala que o  
1074 grupo de trabalho será composto por cinco, a indicação do membro será feita, reunião em sessão  
1075 pública, a criação será comunicada, o grupo de trabalho é criado por um coordenador, o  
1076 coordenador será função na ausência do coordenador.

1077 **A SR<sup>a</sup>. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – O artigo 50, né,  
1078 Adalberto? Os grupos de trabalho terão caráter temporário e estabelecerão em sua primeira  
1079 reunião o cronograma de seus trabalhos, devendo ser instalados em até 30 dias a partir de sua  
1080 instituição. A vantagem do grupo de trabalho é que a gente tem prazos menores para convocação  
1081 e disponibilização de documentos. Então, seria um grupo que tem um trabalho mais fluido do  
1082 que a Câmara Técnica, que tem um processo um pouco mais burocrático, como a própria Maria  
1083 Helena colocou no início da reunião.

1084 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1085 – Sim, inclusive a Câmara TEC, pessoal, só deixar claro para vocês, tem uma ação direta de  
1086 inconstitucionalidade que eu ia mostrar ali antes, antes da inversão da pauta, a 501, que foi um  
1087 pedido da CNI para que a gente discutisse. O Ministério do Meio Ambiente tentou ser  
1088 conciliatório, o Supremo estava em vias de declarar a inconstitucionalidade da 501, que traria  
1089 prejuízos gigantescos à Petrobras, com um impacto bastante imensurável, nós acordamos aqui  
1090 com a AGU que a gente iria colocar prioridade na Câmara Técnica para discutir a 501 e a ministra  
1091 Carmen Lúcia provavelmente vai nos dar esse espaço de discutir. Se nós não discutirmos a  
1092 Câmara Técnica a 501, o Supremo vai declarar suspensa inconstitucional a 501 e a Petrobras

1093 estará num um problemaço a partir de amanhã. Portanto, tentando defender o pedido que a CNI  
1094 me fez para discutir a 501, eu queria propor o que a área técnica fez, que seria debater esse  
1095 tema da 491, fazer o estado da arte, criar um plano de trabalho lá durante três meses, nos trazer  
1096 mastigado na reunião de fevereiro, quais são os encaminhamentos técnicos e políticos para que  
1097 essa Câmara Técnica possa, primeiro, aprovar o plano de trabalho anual que a gente tem que  
1098 fazer hoje, que o prazo do CIPAM é segunda-feira, e segundo, abrir espaço para discutir a 501.  
1099 Se nós não fizermos isso, eu vou ter que dizer na nossa manifestação para o Supremo, olha,  
1100 infelizmente, a Câmara Técnica de Qualidade Ambiental ficará somente discutindo a 491,  
1101 portanto, não posso me comprometer a discutir a 501, portanto, Supremo, faça o que o PGR está  
1102 pedindo, que é suspender a 501 e declarar inconstitucional. Aí a CNI vai vir reclamar, mas não  
1103 vai ser culpa minha, vai ser culpa da Câmara Técnica. Então, só para deixar claro, eu quero  
1104 conciliar os interesses de todo mundo. Eu não estou aqui como MMA, estou aqui como  
1105 presidente da Câmara Técnica. Então, se todos me permitem, pelo avançado da hora, depois de  
1106 uma hora discutindo exatamente esse tema, eu gostaria de trazer para a deliberação que a gente  
1107 criasse uma proposta de um grupo de trabalho sobre qualidade do ar para discutir a 491 com  
1108 prazo de três meses após a criação, para devolver isso para a Câmara Técnica, para que a gente  
1109 possa depois discutir o lado político, conforme pedido pela BEMA, conforme pedido pela CNI, e  
1110 que daqui até lá, nesses três meses, a gente possa discutir e aprovar a agenda das resoluções  
1111 prioritárias para o ano que vem e pautar a 501, que a gente vai ter um prazo muito exíguo da  
1112 501, só declarando para todos aqui que a Petrobras já está construindo duas plataformas de pré-  
1113 sal gigantescas de bilhões de reais, que se a 501 for declarada inconstitucional e suspensa, vai  
1114 ser um problemaço e que presidente da república todo mundo vai ficar ligando pra gente aqui  
1115 cobrando o nosso papel e aí eu não vou poder dizer: Olha, infelizmente a Câmara Técnica está  
1116 discutindo outro assunto não teve tempo de discutir isso. Isso não é. E eu também tive um pedido  
1117 do presidente vice-presidente da república essa semana para trazer outro assunto para a  
1118 Câmara Técnica então as emergências políticas aparecem vem e a Câmara Técnica tem que ter  
1119 não tem espaço para discutir. Por isso, eu gostaria de fazer, deixar aqui o último conselheiro  
1120 antes da minha proposta, Marcelo Marcondes, e depois eu gostaria de encaminhar essa proposta  
1121 de votação do grupo de trabalho.

1122 **O SR. LUÍS MARCELO MARCONDES PINTO – TITULAR (Representante da Região Centro-**  
1123 **Oeste) –** Adalberto, só de forma objetiva, lembrar a todos que agora, logo no início de novembro,  
1124 nós já temos uma assembleia. Então, nós já temos um encontro do colegiado, da qual já dá para  
1125 fazer ali as indicações. Se a gente tiver um encaminhamento aqui bem apurado, afinado entre

1126 todos nós. Então, nós já temos agora, em novembro, no início de novembro, as indicações pelas  
1127 instituições, porque nós mesmo já podemos articular, enquanto isso, enquanto não chega à  
1128 nossa assembleia, para que as instituições já vá com as suas indicações, quem tiver que indicar  
1129 o quê. E, assim, nós já ganhamos um intervalo aí de tempo. E aí, assim, tem o cronograma, é  
1130 cumprir não a gente não tem que ficar mas aí se e se não e se não é cronograma é regra foi feito  
1131 a regra para cumprir tem o cronograma lá o GT tem que se virar nos 30 para que entregue a  
1132 demanda para nós no prazo que tem que ser. Era isso, obrigado.

1133 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1134 **Ambiente - ABEMA)** – Só uma questão de ordem. Não entendi, eu acho que a indicação dos  
1135 membros do GT não passa pela plenária, não é isso?

1136 **O SR. LUÍS MARCELO MARCONDES PINTO – TITULAR (Representante da Região Centro-**  
1137 **Oeste)** – Não, eu quis dizer, Maria Helena, eu quis dizer que nós temos essa oportunidade na  
1138 Assembleia ainda de fechar todos esses detalhes, depois que a gente avançar aqui.

1139 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1140 **Ambiente - ABEMA)** – O que que é a Assembleia? O que que é a Assembleia?

1141 **O SR. LUÍS MARCELO MARCONDES PINTO – TITULAR (Representante da Região Centro-**  
1142 **Oeste)** – A nossa reunião ordinária do CONAMA. Não, eu não estou falando que precisa passar,  
1143 eu estou dizendo que nós ainda temos essa oportunidade de afinar lá pessoalmente o  
1144 andamento do GT, entendeu? Daí, assim, constituir o GT, desculpa da expressão, é problema  
1145 do GT, o GT tem que entregar demanda. Agora, se a gente for ficar debruçado nisso, eu peço  
1146 até a Adalberto para fazer o encaminhamento, porque eu tenho uma outra a nossa agenda de  
1147 governo daqui a pouco e aí nós não conseguimos avançar na pauta, mas não vou encerrar minha  
1148 participação aqui para você poder avançar.

1149 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1150 – Bem, eu gostaria então de pôr, pessoal, em votação a criação de um GT com prazo máximo  
1151 de três meses a partir da data de hoje, conforme até a sugestão aqui do conselheiro da CNC,  
1152 para que a gente consiga decidir isso ali, quem sabe antes de fevereiro, para que tenha fevereiro,  
1153 março, abril, quem sabe maio, quatro meses para a gente fazer quantas reuniões forem  
1154 necessárias aqui na Câmara Técnica para ver. Peço desculpa, conselheiros, realmente eu  
1155 gostaria e espero que, com o passar do tempo, a gente consiga definir a maior parte das coisas  
1156 por consenso, mas de qualquer maneira, pela urgência, eu realmente não quero ser a pessoa

1157 que vai ser cobrada pelo Supremo Tribunal Federal por não está cumprindo e, tampouco, quero  
1158 ser a pessoa que vai dizer para a AGU e para a Presidência da República que eu não posso  
1159 receber uma matéria urgente em função disso. Então, com o prazo improrrogável de três meses,  
1160 que será um cronograma debatido e aprovado pelo grupo, gostaria de propor a criação de um  
1161 grupo de trabalho sobre qualidade do ar para discutir esse foco inicial da 491 e, eventualmente,  
1162 as outras resoluções associadas, conforme a Maria Helena comentou, que não adianta só falar  
1163 o padrão e sim debater já e trazer outros aspectos políticos, técnicos e tecnológicos. Eu acho  
1164 que nós somos então dez membros, né? Gostaria que primeiro se manifestassem então os votos  
1165 da ANAMMA, seriam como?

1166 **A SRª. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – Adalberto, eu posso ir  
1167 chamando aqui as vagas dos presentes?

1168 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1169 – Por favor.

1170 **A SRª. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – Só lembrando aqui que  
1171 de acordo com o no artigo 40 do regimento, as deliberações das câmaras técnicas são tomadas  
1172 por maioria simples dos membros, cabendo ao presidente, além do voto pessoal, o voto de  
1173 qualidade. Então, começando, Adalberto, você vota sim pela criação da câmara técnica ou não?

1174 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1175 – Eu também voto?

1176 **A SRª. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – Pessoal e de  
1177 qualidade.

1178 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1179 – Olha que chique. Então, eu voto sim, né? Em área técnica que propõe, né? Se eu votar não,  
1180 eles brigam comigo aqui.

1181 **A SRª. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – Está bem, o próximo  
1182 voto do Governo Federal é da Karen. Você vota sim ou não, Karen? Maria Helena, representante  
1183 titular da ABEMA, da primeira vaga.

1184 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1185 **Ambiente - ABEMA)** – Voto não.

1186 **A SR<sup>a</sup>. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – Deise, representante  
1187 titular da ABEMA pela segunda vaga.

1188 **A SR<sup>a</sup>. DEISE DE OLIVEIRA DELFINO - TITULAR (Representante do Estado do Rio de**  
1189 **Janeiro)** – Também voto não.

1190 **A SR<sup>a</sup>. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – Da ANAMMA, o  
1191 membro titular da primeira vaga é o Antônio Barreto. Como se manifesta, por favor? Desculpa?

1192 **O SR. ANTÔNIO MARCOS BARRETO - TITULAR (Governos Municipais - ANAMMA**  
1193 **Nacional)** – Eu voto sim. Voto sim.

1194 **A SR<sup>a</sup>. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – Ok. A segunda vaga  
1195 não estamos com a presença nem do titular, nem do suplente da ANAMMA.

1196 **O SR. ANTÔNIO MARCOS BARRETO - TITULAR (Governos Municipais - ANAMMA**  
1197 **Nacional)** – É a Sandra, ela caiu aqui, a conexão, ela estava aqui até agora há pouco, mas o  
1198 voto dela é sim, então pode [Ininteligível].

1199 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1200 – Ela está aqui sim.

1201 **A SR<sup>a</sup>. SANDRA REGINA BATISTA - SUPLENTE (Governos Municipais - ANAMMA Região**  
1202 **Sul)** – Eu estou aqui sim, eu voto sim, suplente.

1203 **A SR<sup>a</sup>. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – Desculpa, Marcelo. A  
1204 Sandra, ela é suplente do Antônio. A segunda vaga, ela está registrada que em nome de  
1205 Edmilson e Roberta e nenhum dos dois estão presentes.

1206 **A SR<sup>a</sup>. SANDRA REGINA BATISTA - SUPLENTE (Governos Municipais - ANAMMA Região**  
1207 **Sul)** – Eu sou a suplente, né?

1208 **A SR<sup>a</sup>. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – Você é a suplente do  
1209 Antônio, da primeira vaga.

1210 **A SR<sup>a</sup>. SANDRA REGINA BATISTA - SUPLENTE (Governos Municipais - ANAMMA Região**  
1211 **Sul)** – Então eu voto sim, Marcela.

1212 **A SR<sup>a</sup>. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – Ok. Bernardo, por  
1213 favor. Não, espera aí, antes do Bernardo. Está bem, pode falar.

1214 **O SR. BERNARDO R. SOUTO – TITULAR (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO –**  
1215 **CNC)** – Oi, Marcela. Eu voto não. E queria só pedir para o Adalberto esclarecer que, se possível,  
1216 não existe prorrogação do grupo de trabalho, né? São três meses e é ponto final.

1217 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1218 – Sim, com certeza.

1219 **A SR<sup>a</sup>. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – Marco Caminha, por  
1220 favor, como se manifesta?

1221 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA – SUPLENTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL**  
1222 **DA INDÚSTRIA – CNI)** – Voto não. Zuleica?

1223 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária**  
1224 **- AMAR)** – Voto sim.

1225 **A SR<sup>a</sup>. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – Rodrigo?

1226 **O SR. RODRIGO SILVA LEMOS – TITULAR (Região Sudeste - Instituto Guaicuy)** – Sim, a  
1227 favor.

1228 **A SR<sup>a</sup>. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – Ok, de nove votos que  
1229 a gente tem, foram um, dois, três, quatro, 5 a favor, 1, 2, 3, 4, 4 contra. Então, a criação do grupo  
1230 de trabalho foi aprovada pela maioria simples.

1231 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1232 – Bem, muito obrigado, conselheiros, para a gente poder evoluir. A gente tem uma agenda  
1233 bastante extensa, então peço, conforme pedido aqui pelos outros conselheiros que saíram  
1234 vencidos nos aqui na votação de que a gente realmente não estenda esse grupo de trabalho  
1235 para além de três meses com decisões bastante objetivas e que nos tragam o melhor da ciência  
1236 relacionada ao padrões de qualidade do ar e já possam nos antecipar os problemas técnicos  
1237 políticos e tecnológicos assim como colocado pela conselheira Maria Helena para que a gente  
1238 possa fazer o devido debate político Eu fico aqui na Câmara Técnica e, eventualmente, no  
1239 plenário do CONAMA. Maria Helena, por favor.



1240 **A SR<sup>a</sup> MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1241 **Ambiente - ABEMA)** – Eu gostaria, então, de entender, e eu acho que isso tem que talvez ficar  
1242 bastante explícito, que o grupo de trabalho encerra os trabalhos em final de fevereiro. Vamos  
1243 deixar, porque senão demora [Ininteligível] para montar o grupo, então vamos deixar claro,  
1244 explicitado, que é final de fevereiro.

1245 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1246 – Ele teria 30 dias pelo regulamento para criar. Então, vamos tentar correr, vamos dizer, para  
1247 criar até o dia 15, vamos dizer, 15/11, está? Então, 15/11, 15/12, 15 de janeiro, 15 de fevereiro.  
1248 Termina 15 de fevereiro, eu me comprometo a fazer uma reunião aqui, ali, depois do prazo  
1249 regimental, para que a gente já possa deliberar isso em fevereiro.

1250 **A SR<sup>a</sup>. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – Precisa ficar definido  
1251 daqui quantos membros vão ter esse grupo de trabalho, que assim que terminar a reunião, a  
1252 gente manda um ofício para os segmentos indicarem e a marcaria a próxima, a primeira reunião  
1253 para a gente fazer o cronograma, não é isso?

1254 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1255 – Isso, maravilha. Bem, pessoal, então, se todos me permitem, superado esse item 3, a indicação  
1256 depois é feita tudo por mensagem e-mail, né, Marcela? Desculpa, a gente não tem que fazer  
1257 agora aqui, né? Eu acho que não, né? A indicação é feita depois, né? Então, está bem, eu vou  
1258 ou então voltar aqui a compartilhar meus slides para a gente voltar aqui na...

1259 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA – SUPLENTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL**  
1260 **DA INDÚSTRIA – CNI)** – Uma questão de ordem, cada segmento terá direito a indicar quantos  
1261 membros para o grupo de trabalho?

1262 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1263 – O grupo de trabalho ele fala que tem que ter o mínimo de pessoas né o mínimo de indicados  
1264 de um cada um dos cinco segmentos mas não fala de número máximo e o grupo de trabalho  
1265 pode trazer pode ser a sociedade civil, pode fazer reunião aberta, não é?

1266 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA – SUPLENTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL**  
1267 **DA INDÚSTRIA – CNI)** – Não, eu sei, mas não seria interessante definir aqui quantos, porque  
1268 se um setor indicar três, outro indicar quatro, outro indica dois, porque o mínimo seria dez,

1269 entendeu? Vão ficar com dez ou vão ficar com vinte? Cada segmento indica dois ou três? Acho  
1270 que isso seria interessante a gente deixar definido aqui agora.

1271 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1272 – Deixa eu tirar aqui da apresentação, desculpa que eu já tinha posto ela aqui.

1273 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA – SUPLENTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL**  
1274 **DA INDÚSTRIA – CNI)** – Senão vai criar um problema de assimetria, e as pessoas vão perder  
1275 tempo com isso.

1276 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1277 – É, vamos ver aqui, o que fala isso? Serão concedidos vistos?

1278 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA – SUPLENTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL**  
1279 **DA INDÚSTRIA – CNI)** – O documento fala o mínimo de dez, que seria um de cada vaga.

1280 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1281 – Está bem. Um coordenador, um vice-coordenador e um relator, sendo que tem que alternar  
1282 quem são. Será comunicado entrar em contato com a representação para indicação do membro.  
1283 terá no mínimo cinco membros, garantida sempre que possível a paridade dos segmentos. Quer  
1284 dizer, tem que garantir aqui sempre que possível a paridade, né? Então, todo mundo indica, dois,  
1285 de um a dois.

1286 **O SR. RODRIGO SILVA LEMOS – TITULAR (Região Sudeste - Instituto Guaicuy)**  
1287 – Adalberto, só uma questão, aproveitando que você está com regimento, no artigo 49 ele fala  
1288 que o coordenador, vice-coordenador e relator têm que ser indicados pela CT, pela Câmara  
1289 Técnica, então acho que talvez a gente já deveria fazer isso aqui.

1290 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1291 – Ah, é verdade, né? Terá um coordenador, um vice-coordenador e um relator. Sem  
1292 necessariamente o conselheiro-coordenador, né? É verdade. Bem, teriam sugestões de  
1293 indicação para ser coordenador, vice-coordenador e relator? Talvez, dentre os que  
1294 acompanharam, eu acho que o coordenador pode ser aqui do governo para poder ajudar eu me  
1295 comprometo aqui a ser o coordenador e aí tem o vice-coordenador e o relator. Alguma entidade  
1296 acho que a gente pode ter talvez uma do grupo que ganhou que votou a favor, um grupo contra  
1297 ou quem se sugerir. Quem gostaria de sugerir para ser se prontificar para ser vice vice-  
1298 coordenador do final do ano?

1299 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA – SUPLENTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL**  
1300 **DA INDÚSTRIA – CNI) –** A gente indica a Maria Helena.

1301 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1302 **Ambiente - ABEMA) –** Para ser o que? Vice?

1303 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1304 **–** Vice-coordenadora.

1305 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1306 **Ambiente - ABEMA) –** Tudo bem.

1307 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1308 **–** Então, está bem. E podemos ter alguém aí da sociedade civil para ser relator? Que sociedade  
1309 civil costuma ter mais tempo disponível do que a gente.

1310 **O SR. RODRIGO SILVA LEMOS – TITULAR (Região Sudeste - Instituto Guaicuy) –** Não  
1311 temos não temos muito tempo disponível não, Adalberto, mas gostaríamos de requerer, sim, a  
1312 vaga de relatoria. No caso, a gente está indicando o JP, da Alana, ele só está com um pequeno  
1313 problema de conexão, mas ele está aqui na reunião também.

1314 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1315 **–** É, não, eu vi, ele mandou aqui que está. Está bom, maravilha, então, pessoal. Então, gostaria  
1316 de colocar pra votação e aprovação de todos os conselheiros.

1317 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1318 **Ambiente - ABEMA) –** Podemos trocar a relatoria? Se pudesse, talvez, o pessoal da Alana ser  
1319 o nosso vice-coordenador e a gente fazer a relatoria? Zuleica?

1320 **A SRª. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária**  
1321 **- AMAR) –** Não, a gente acabou de combinar aqui que ele ficaria com a relatoria e ele está com  
1322 dificuldade de entrar, então não tem como fazer essa negociação por ele agora.

1323 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1324 **–** É. Maria Helena, talvez, como a gente já foi indicando aqui, gostaria de pedir se fosse possível  
1325 a gente já ficar, porque eu realmente precisava passar, seguir a reunião, já é quatro horas, eu  
1326 tenho que definir ainda duas coisas ainda hoje, por favor.

1327 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1328 **Ambiente - ABEMA)** – Tudo bem, mas só queria entender só uma dúvida também, como é que  
1329 vai ser feita a indicação dos membros? Vocês vão convocar, vocês vão mandar um...

1330 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1331 – Isso, aqui o regimento fala que a Secretaria-Executiva vai enviar para os membros,  
1332 conselheiros, dando um prazo para indicação.

1333 **A SRª. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – É, aí eu só queria  
1334 compreender aqui, como os colegas colocaram, a gente precisa definir qual é o número de  
1335 membros que vai ter esse grupo de trabalho. O regimento interno, ele coloca que tem o mínimo  
1336 de cinco, sendo um para cada segmento. Nós podemos definir que o grupo de trabalho vai ter  
1337 10, 15, 20, 25, sendo que... De dois, né? De cinco em cinco, porque teria que ter a paridade dos  
1338 segmentos. De acordo com o regimento, é isso. O mínimo de cinco membros, garantida sempre  
1339 que possível, a paridade entre os cinco segmentos.

1340 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA – SUPLENTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL**  
1341 **DA INDÚSTRIA – CNI)** – Eu ia sugerir dois por segmento.

1342 **A SRª. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – Dois por segmento.

1343 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA – SUPLENTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL**  
1344 **DA INDÚSTRIA – CNI)** – Se todos concordarem.

1345 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1346 – Querem talvez deixar... Porque se o grupo trabalha, a gente indica mais. Se as pessoas não  
1347 forem, tudo bem, mas quanto mais braço, para a gente, melhor. Eu não sei se precisa ter um  
1348 número fixo.

1349 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA – SUPLENTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL**  
1350 **DA INDÚSTRIA – CNI)** – É porque tem que ter uma paridade, secretário.

1351 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1352 – Ele fala assim: Ele fala sim serão composto por cinco garantida sempre que possível a paridade  
1353 né sempre que possível, então, às vezes não é possível, mas te entendo. Bem, podemos então  
1354 por três de cada segmento? Porque às vezes a gente tem um pouquinho, 15 pessoas, às vezes

1355 sempre tem uma quebra de um terço metade. Para pelo menos tem que ter um quórum mínimo.  
1356 Vamos pedir indicação de três membros de cada segmento? Ótimo.

1357 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1358 **Ambiente - ABEMA) – E a convocação é feita?**

1359 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1360 **– Pela Secretaria Executiva vai convocar todos os membros.**

1361 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1362 **Ambiente - ABEMA) – Por e-mail?**

1363 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1364 **– Isso, por e-mail. Indicação de três membros por segmento, com prazo de 30 dias, e o grupo**  
1365 **tem que ser criado, a primeira reunião, no máximo em 30 dias.**

1366 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1367 **Ambiente - ABEMA) – Então, a Secretaria vai enviar os e-mails pedindo as indicações.**

1368 **A SRª. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA) – Exato.**

1369 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1370 **– Isso. Está bom. Bem, pessoal, desculpa até correr um pouco demais aqui, mas, se me**  
1371 **permitirem, posso voltar já para a apresentação? Que a gente tem esse prazo do CIPAM para**  
1372 **apresentar até segunda-feira. Então, só queria confirmar que todos aqui estão vendo meus**  
1373 **slides. Estão vendo os slides, pessoal?**

1374 **A SRª. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA) – Sim, estamos.**

1375 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1376 **– Então, essa era a pauta inicial, a gente aprovou uma nova pauta que já deliberou sobre a**  
1377 **análise da 491 e essa proposta de criação do grupo, agora o item próximo será a eleição do vice-**  
1378 **presidente da Câmara, conforme artigo 34. Então, deixa eu abrir aqui. Eleição do vice-presidente**  
1379 **em homologado regimento interno. A Câmara Técnica serão presidida por representante indicado**  
1380 **pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima e, na ausência deste, pelo vice-**  
1381 **presidente, eleito na primeira reunião ordinária pela maioria simples dos votos de seus membros.**  
1382 **Temos sugestões e indicações de nomes? Querem, pessoal, inverter a pauta? Eu passo aqui**

1383 para análise rapidinho, porque a gente tem o prazo ali da pauta e depois eu volto para esse.  
1384 Pode ser, pessoal? Alguém seria contra a gente inverter também esse item da pauta e deixar ele  
1385 por último?

1386 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Sem problemas.

1387 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**

1388 – Está bem. Então, estamos invertendo o item da pauta, deixando a análise da priorização dos  
1389 temas. Essa aqui foi aquela planilha enviada para todos os segmentos, tivemos a resposta de  
1390 todos os segmentos, foi feita uma pontuação por critérios de impacto à saúde, impacto ao meio  
1391 ambiente, necessidade, adequação ambiental e antiguidade. Primeiro item no voto, que não  
1392 poderia ser diferente, foi a Resolução 491, que em função da decisão do Supremo, esse item já  
1393 entrou na nossa pauta, foi deliberado hoje, então, ele está encaminhado no grupo de trabalho.  
1394 O próximo item da votação foi uma proposta feita pelo Ibama, pela Secretaria Nacional de Povos,  
1395 Comunidades Tradicionais e Envolvimento Rural e a nossa Secretaria Nacional de Qualidade  
1396 Ambiental para alterar a Resolução 357 de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos  
1397 d'águas, diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelecimento das  
1398 condições e padrão de lançamentos refluentes. O item 3 proposto pela SQA foi a alteração da  
1399 CONAMA 316, dos sistemas de tratamentos térmicos de toxinas e furanos, que dispõe do  
1400 procedimento e critério de funcionamento dos sistemas, item 4 propostos pela Secretaria  
1401 Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, seria a alteração da 430, que complementa a  
1402 resolução 357, que dispõe sobre a classificação dos corpos d'águas e diretrizes ambientais para  
1403 o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de  
1404 efluentes. A número 5, na votação de todos os membros da Câmara, foi uma proposta aqui da  
1405 SQA para criar uma nova resolução sobre grandes geradores e logística reversa, junto aos  
1406 estados e municípios, para reduzir os resíduos que acabam no aterro, gerando altos custos. A  
1407 número 6, uma proposta do Secretário de Povos, Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento  
1408 Rural Sustentável, de uma política, de uma resolução CONAMA que lide com a redução do uso  
1409 de agrotóxicos no âmbito do retorno do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos  
1410 PRONARA. Como tem o PL bastante, como a gente tem um PL bastante avançado na Câmara,  
1411 no Senado, desculpa, que em tese deve ser aprovado ainda esse ano, que lida sobre a questão  
1412 dos agrotóxicos e pesticidas, talvez seja bastante oportuno a gente ter depois um grupo só sobre  
1413 isso para ser deliberado. A número 7 foi uma proposta do Ibama de revisar a resolução 433 para  
1414 criar instrumentos de responsabilização para fortalecer o controle de áreas contaminadas.

1415 Obrigado, Ibama, meu querido, por ter proposto isso, porque o Ministério Público fica me  
1416 mandando ofício todos os meses sobre o que fazer com as áreas contaminadas. Espero que  
1417 esse grupo nos ajude a ter uma solução, que a única coisa que eu tenho medo aqui é de ficar  
1418 respondendo no Ministério Público. Vamos lá, item 8, uma proposta da SQA para alterar a  
1419 resolução 4.2.0, que dispõe sobre os critérios e valores orientadores à qualidade do solo,  
1420 relacionados à presença de substância química, estabelece diretriz de gerenciamento ambiental  
1421 de áreas contaminadas. A proposta 9, a resolução 499, que trata do coprocessamento, que essa  
1422 resolução delegou competência para estados autorizarem ou não resíduos objetos de  
1423 coprocessamento, excluindo a proibição de resolução anterior, que proibia, por exemplo,  
1424 agrotóxicos e resíduos. Alguns estados têm orientado o coprocessamento desse resíduo em  
1425 plantas que não possuem condições de operar esse processo, mas uma das resoluções que  
1426 teve a votação. E número 10, tivemos o empate dessas essas três. Eu tinha comentado a gente  
1427 ficar ali no máximo 10, 15 resoluções, então paramos aqui no número 10, porque já são 10,  
1428 viraram 12. E aí a proposta do Ibama, da 472, que amplia o rol dos produtos para resposta de  
1429 incidentes de óleo de acordo com a natureza e modo de ação. 10, uma proposta nova de logística  
1430 reversa associada à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Hoje você tem algumas CONAMAs  
1431 que foram feitas antes da Política Nacional e a área técnica nossa analisou, das três propostas  
1432 que tinham aqui da CONAMA, 404, que trata de pilhas e baterias. Foi considerada prioritária,  
1433 porque é a única resolução que não tem meta de coleta, não tem não tem restrição em relação  
1434 ao material tóxico, e com as chegadas de baterias de lítio é bastante importante a gente deliberar.  
1435 A outra é a resolução CONAMA 416 sobre a destinação de peneis inservíveis, que foi uma...  
1436 Hoje nós temos um problema muito grande nessa resolução, uma vez que os importadores de  
1437 pneus não estão cumprindo as metas há pelo menos 12 anos, e nada foi feito em relação a isso.  
1438 O vice-presidente da República me chamou na semana passada para deliberar sobre isso, pediu  
1439 urgência para a gente debater esse tema e tinha essa proposta resolução 362 e coleta e  
1440 destinação de óleo. A nossa área técnica analisou como a resolução ela vem sendo cumprida, a  
1441 gente achou melhor não rediscutir por enquanto por achar que tem muita coisa. E a última uma  
1442 proposta de elaboração de resolução solução sobre reuso de água, que é algo que veio tanto da  
1443 SQA quanto a ANA também tinha feito, entre outras. Então, aqui eu resumi mais ou menos o que  
1444 a gente tem, que são três resoluções associadas à qualidade do ar, 491, a 416 de sistemas e  
1445 tratamentos térmicos e a 499 de coprocessamento. Aqui tinha na lista lá debates para falar de  
1446 Proconve, mas o Proconve ficou um pouquinho abaixo na votação, né? Então, como a gente  
1447 priorizou só essas 10, 12 primeiras, a resolução que falava de PROCONVE, que foi um pedido  
1448 do Ibama de rediscutir e do PROMOTE, a gente achou melhor não colocar nesses prioritários

1449 para respeitar a vontade da maioria ali que se manifestou na votação, mas obviamente se o  
1450 colegiado e outros acharem que deve se discutir o PROCONVE ou o PROMOTE, as duas  
1451 resoluções sobre emissão de fontes móveis, eventualmente a gente pode fazer. Aí a gente tem  
1452 aqui três resoluções para serem revisitadas de qualidade da água, classificação dos corpos e  
1453 água diretrizes ambientais para o sistema de enquadramento, bem como condições, padrões e  
1454 lançamento de fluentes. A resolução 430, que contempla a resolução 357, né? Que é junto, e a  
1455 472 que amplia o rol de produtos que responde a incidentes com óleo, de acordo com a sua  
1456 natureza, que é muito importante, a gente está tendo bastante recorrência, problemas de óleo  
1457 nas praias e tal, e eu acho que o CONAMA precisa lidar o quanto isso. Fiquei muito feliz que a  
1458 Ibama colocou. A quarta é essa de reuso de água, que seria uma resolução nova. Aí, sobre solos  
1459 e conhecidos, teríamos ali essas três resoluções, duas, três resoluções associadas à grande  
1460 gelador de logística, que é a resolução 404, que trata de pilha, bateria, e a resolução 416, de  
1461 pneus. Teríamos, eventualmente, se o colegiado acordar, a possibilidade de criar um programa  
1462 de discutir o CONAM, associado ao PRONARA, como complementação à política nacional.  
1463 Também a resolução 463, para criar instrumentos para responsabilização e fortalecer o controle  
1464 das áreas contaminadas, e o quarto, a 420, de critérios de valoração e qualidade do solo quanto  
1465 à presença de substâncias químicas e diretrizes de gerenciamento ambiental. E já antecipo, essa  
1466 é a tabela, e já antecipo que vai entrar uma resolução nova. Então, essa ação direta de  
1467 inconstitucionalidade, a 7462 que a PGR colocou, que dispõe sobre a resolução 501 do final ali  
1468 do governo passado, 21 de janeiro de 2021, que alterou a resolução 382, que estabelecia os  
1469 limites máximos de emissão de poluentes, que gera um problema muito grande em relação a  
1470 Petrobrás. A CNI entrou em contato conosco pedindo para a gente intervir junto ao STF para que  
1471 o STF não declarasse inconstitucionalidade presente e, eventualmente, debater-se isso aqui no  
1472 CONAMA. Então, eu gostaria, além dessas duas, trazer a proposta da gente rediscutir essa  
1473 resolução. Então, primeiro aqui, essa é a tabela final. Eu vou tirar aqui a minha apresentação  
1474 para que a gente possa discutir um pouco sobre os principais aspectos dessa tabela. Alguma  
1475 consideração em relação à tabela?

1476 **A SR<sup>a</sup> MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1477 **Ambiente - ABEMA)** – Só uma coisa, como a gente não acompanhou essa discussão e também  
1478 não conseguiu verificar rápido que isso foi discutido, eu só queria entender se isso foi discutido  
1479 na outra Câmara Técnica, quando você colocou que isso tinha sido passado por secretários, eu  
1480 estou entendendo que isso foi passado para todos os secretários do Estado, no âmbito da praça,



1481 só para contextualizar um pouco para a gente como é que foi feita essa tabela, e depois eu queria  
1482 fazer algumas considerações.

1483 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**

1484 – Claro, Maria Helena. Na última reunião dessa Câmara, que era a 18ª, sei lá que reunião da  
1485 Câmara Técnica de Controle, Licenciamento e Qualidade Mental, era uma Câmara grandona,  
1486 nós discutimos várias possibilidades e resoluções, recebemos contribuições. Na época, a  
1487 ABEMA se manifestou em relação ali, foi o Taveira, o ex-secretário, atual secretário de meio  
1488 ambiente do Amazonas, representando a ABEMA. Tivemos uma votação de cada um dos cinco  
1489 segmentos, a Secretaria do CONAMA consolidou isso no Excel. Bem, talvez eu possa até  
1490 mostrar aqui, mas foi compartilhado só o consolidado, né, Marcela, do Excel, né? Mas,  
1491 eventualmente, a gente pode compartilhar até o Excel inteiro, né? Mas, assim, como já teve a  
1492 votação pelos cinco segmentos, eu torço e espero que o secretário de meio ambiente do  
1493 Amazonas tenha circulado isso dentro da ABEMA, né? Antes de tomar uma decisão, imagino  
1494 que ele não decidiria somente uma argumentação própria dele, né? Sem ouvir os pares. Essa  
1495 foi a tabela que deu essas notas, então a gente tem nessa tabela. Eu vou, posso compartilhar  
1496 aqui, deixa eu ver se eu consigo compartilhar. Uai, eu estou compartilhando ainda? Estou  
1497 compartilhando a tela mesmo. Então, está bem, vou compartilhar aqui para que todos possam  
1498 ver o que seria essa planilha aqui. Então a planilha foi enviada a todos, nós colocamos que a  
1499 decisão seria colegiada de todos, né? E aí cada um aqui, por exemplo, o Eduardo Taveira votou  
1500 pela ABEMA, Ministério do Transporte, pelo governo, FNP, CNI, tal, tal, todo mundo aí se  
1501 consolidou a versão, foi feito um ranking, opa a letra está pequenininha aqui, foi feito um ranking  
1502 dessas notas, né, aqui do lado direito, então as notas, tal, tal, tal, até que chegou, a gente tinha  
1503 se comprometido em ficar entre 10 e poucas, né, ficou aqui, chegou aqui nessa número 10, aqui  
1504 que foi as últimas, né, de reuso de água, por aqui para ficar mais fácil ver. Aí todas essas  
1505 resoluções aqui que ficaram para baixo acabaram não entrando, né? Deixa eu apagar aqui só  
1506 para não confundir os números. Então, aqui sobre zoneamento ecológico foi para outra câmara,  
1507 essa outra aqui a 396, aí foram outras do Promote, Proconve, questão do MTR, CTF, APP e a  
1508 CONAMA 272 de cores para resíduo, essas acabaram ficando de fora do que nós consideramos  
1509 o prioritário, que todo o grupo, aliás, deliberou, que foram as 10 mais aqui que tiveram a votação.

1510 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio**

1511 **Ambiente - CONAMA)** – Adalberto, eu queria só fazer um esclarecimento, talvez, para esse  
1512 processo oral, para a Marilena que não esteve no princípio do processo. O CONAMA, ele

1513 funciona por propostas de resoluções dos seus conselheiros. O trâmite é, uma minuta entra via  
1514 conselheiro, ela junto com os documentos exigidos, análise de impacto regulatório e justificativa  
1515 da Técnica vai para o CIPAM, e do CIPAM encaminhado para as Câmaras Técnicas. O processo  
1516 inicial, como a gente teve um processo de retomada do Conselho, os presidentes das Câmaras  
1517 Técnicas sugeriram uma reflexão para ouvir os conselheiros sobre o que eles achavam  
1518 prioritário. Então, essa deliberação é uma forma, na verdade, da gente tentar criar uma agenda  
1519 comum, ouvindo para que o Ministério não chegue com as suas minutas sem antes ter sentido o  
1520 que também estava entre os outros setores como agendas importantes. Então, acho que vai ser  
1521 muito importante ouvi-los, mas é uma forma nova de tentar também tornar essa agenda  
1522 colaborativa. Independente do rito que é o que vai ter que seguir que é entrar via CIPAM para  
1523 que chegue a Câmara Técnica.

1524 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1525 – E até, Marcela, uma coisa por exemplo tem resolução que você está atualizando revisitando  
1526 assim para mim não faria muito sentido que todas tinham que passar no CIPAM para depois  
1527 voltar para técnica para depois ir para o jurídico depois ficou não é porque já são aprovadas né  
1528 ou você entende que...

1529 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio**  
1530 **Ambiente - CONAMA) –** Não. Elas têm que passar pelo CIPAM, está?

1531 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1532 – Imagina se eu for atualizar uma vírgula que estava errada.

1533 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio**  
1534 **Ambiente - CONAMA) –** Tem que passar. Qualquer alteração tem que passar pelo CIPAM. É  
1535 evidente que quando são ajustes vai ser mais fácil, mas isso não impede a necessidade do rito,  
1536 está bem? Qualquer proposta de admissibilidade tem que passar pelo CIPAM. E aí também tem  
1537 que ser analisada se é uma hipótese de não-incidência da exigência de análise de impacto  
1538 regulatório ou se é uma hipótese de dispensa, porque são hipóteses diferentes. Uma coisa é a  
1539 lei não se aplica àquela alteração, a outra é vamos pedir a dispensa com base nas hipóteses  
1540 previstas no decreto. mas isso não elimina a necessidade dessa avaliação.

1541 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1542 – Obrigado. Rodrigo, por favor.

1543 **O SR. RODRIGO SILVA LEMOS – TITULAR (Região Sudeste - Instituto Guaicuy)** – Oi,  
1544 Adalberto. Eu queria só colocar uma questão. Nós nos reunimos e discutimos enquanto  
1545 sociedade civil. A gente concorda com a priorização e concordamos com a proposta quando foi  
1546 na primeira reunião, mas, pessoal, achei interessante o agrupamento que foi colocado. Fiquei  
1547 com uma dúvida aqui depois de condução, mas eu queria só colocar também uma questão,  
1548 porque na última reunião que a gente teve da priorização, a gente, enquanto bancada da  
1549 sociedade civil, a gente tinha feito um pedido que fosse encaminhar os pontos centrais a serem  
1550 revistos, onde se entendia a justificativa de priorização das resoluções. Isso a gente não tinha  
1551 recebido no período da definição, mas avaliamos aqui, enquanto bancada, que é interessante, a  
1552 composição está... a lógica está coerente com o que a gente tem percebido e até manifestou  
1553 também junto para a Agenda do Meio Ambiente, para o CONAMA. Eu queria só adiantar uma  
1554 pergunta, não sei se está fora de lugar, ou, Adalberto, pode ficar à vontade, é como que vocês  
1555 estão pensando a organização considerando esses três grandes eixos, ar, água e solo, e como  
1556 que vocês estão pensando isso em nível de organização da Câmara Técnica? Me parece uma  
1557 questão importante para a gente pensar como que nós vamos nos organizar quanto a entidades  
1558 ambientalistas também, está bem? Obrigado.

1559 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1560 – Obrigado, Rodrigo. Bem, assim como a gente discutiu na primeira sessão, eu não acho que  
1561 cabe ao Ministério do Meio Ambiente monopolizar quais são os itens discutidos, como serão  
1562 feitos, por isso que a gente optou por fazer esse debate com todo mundo, ouvir as prioridades.  
1563 Chegamos nessa lista, achamos da nossa área técnica, achou que faz sentido discutir por  
1564 qualidade do ar, água, solo e resíduos, para ter essa. E, eventualmente, a nossa proposta seria  
1565 criar grupos de trabalho, então grupo de trabalho para discutir qualidade da água. E aí discute,  
1566 entre essas três, quais são as prioridades. Cria um grupo de trabalho sobre solos e resíduos, aí  
1567 discute lá quais são as prioridades. Porque também, vamos dizer, uma teve votação 59, a outra  
1568 60. Aí, pô, essa daqui, um votinho a mais e é prioritário? Então, assim, são as 10 prioridades, as  
1569 12 prioritárias, que foram as mais votadas. São 12 que ficaram para baixo, que não foram  
1570 votadas. Então, não dá para a gente pôr 25 resoluções. Por isso que a gente optou naquela de  
1571 reunião. Olha, pessoal, vamos chegar no máximo 10 ali, 10, um pouquinho mais. Como empatou  
1572 3 com 10, a gente trouxe as três. Consultamos a área técnica no tema da logística reversa. Eu,  
1573 inclusive, estive na CNI, no Fórum de Logística Reversa da CNI, e compartilhei com ele se valeria  
1574 a pena reabrir a discussão de todas. Ele falou, não, secretário, não reabre, porque vai dar muita  
1575 confusão. Só reabre as com problema. Quais são as com problema? Pilha e bateria, que nunca

1576 teve meta, e não tem bateria de lítio, e é um problemaço, e pneu que não está cumprindo. As  
1577 outras duas estão cumprindo, está indo lá, você pode discordar se a meta é ambiciosa ou não,  
1578 provavelmente a sociedade civil vai achar que a meta não é ambiciosa, mas assim, não foi votada  
1579 deixar quieta. Aí a gente foca nessas, que são as prioritárias, teriam aqui 12 resoluções e aí os  
1580 grupos de trabalho, eventualmente com prazo maior, podem discutir, criar critérios, indicadores,  
1581 né, e eles mesmos deliberarem o que que seria importante.

1582 **O SR. RODRIGO SILVA LEMOS – TITULAR (Região Sudeste - Instituto Guaicuy) – Obrigado.**

1583 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1584 – Maria Helena?

1585 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1586 **Ambiente - ABEMA) –** Só fiquei com uma dúvida, não sei se são duas sugestões, mas assim,  
1587 qual é a diferença da 12 e da 16? Porque me parece que elas poderiam ser fundidas, né? Porque  
1588 são duas de reuso.

1589 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1590 – Qual que é?

1591 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1592 **Ambiente - ABEMA) –** Da 12 a 16. Uma elaboração de reuso sobre... Elaboração de resolução  
1593 sobre reuso da água. A outra é estabelecimento de modalidades, diretrizes, critérios para reuso  
1594 direto de água não potável, eu não sei se elas não podiam estar fundidas e para uma só.

1595 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1596 – Não, sim, mas ela... Espera aí, eu vou compartilhar aqui de novo o slide com elas consolidadas,  
1597 porque tiveram votações, tinha duas vezes, por exemplo, a de corpos hídricos, né, então a gente  
1598 unificou, mas daqui tem, elas estão aqui, porque, tem a 4 de água, a 357, a 430, a 407.2 e a de  
1599 reuso eu não estou vendo a de reuso de água aqui.

1600 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1601 **Ambiente - ABEMA) –** Naquela tabela que foi de Excel tem duas de reuso 16 e 12.

1602 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1603 – Ah, está bem, mas a 16 não foi das mais votadas. Então, a gente deixou até a mais votada 10  
1604 a da mais de 12 para baixo a gente deixou para um segundo momento então ela já está

1605 contemplada aqui. Então, está bem. Qual que é ela? Deixa eu revisitar aqui, espera um  
1606 pouquinho. Então, aqui a 16 seria... Qual que é o número dessa que você citou, Maria Helena?

1607 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1608 **Ambiente - ABEMA) –** 12 e a 16, daquela tabela que você foi encaminhada para a gente.

1609 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1610 – Está bem. Mas qual que é o número da resolução?

1611 **O SR. BERNARDO R. SOUTO – TITULAR (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO –**  
1612 **CNC) –** Não tem resolução ainda, Adalberto. Só proposta. Não existe resolução...

1613 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1614 – Ah está bem. Que foi a coisa da ANA aqui, estabelecimento de modalidade, diretriz, critério  
1615 para reuso. É, bem, quer dizer, a ANA propôs isso, não esteve entre as mais votadas, entretanto  
1616 a Secretaria Ambiental tinha proposto a elaboração de reuso e teve entre as mais votadas, até  
1617 estranho, né? Mas assim, já está aqui então, então acho que a ANA, essa proposta da ANA, pelo  
1618 meu entendimento estaria contemplado aqui. Maria Helena, você concorda? Essa 16, ela está  
1619 incluída nessa 12.

1620 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1621 **Ambiente - ABEMA) –** Então, a gente tinha pensado. Agora, deixa eu entender, a gente não tem  
1622 mais possibilidade de alterar a ordem nem de sugerir? Porque, eu não sei, para a gente faltou a  
1623 274 que é de balneabilidade não é que era importante mudar porque ela está incorreta em  
1624 relação a usar os coliformes como os modificadores e a gente não viu ela aí.

1625 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1626 – Olha...

1627 **O SR. BERNARDO R. SOUTO – TITULAR (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO –**  
1628 **CNC) –** É a 376, não é a 396 não?

1629 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1630 **Ambiente - ABEMA) –** Não, é a 274 de balneabilidade, que estabelece o padrão de  
1631 balneabilidade de praia. Isso seria importante e também a gente gostaria talvez de subir um  
1632 pouco a prioridade do reuso, porque a gente está tendo de tanta demanda, de um uso tão  
1633 importante, que talvez valesse à pena.

1634 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1635 – Assim, o plenário aqui da Câmara Técnica é soberano, né? Eu não gostaria de tirar nenhuma  
1636 proposta que foi votada por todos, porque aí ficaria ruim. Mas, se algum conselheiro quiser propor  
1637 uma nova e todos nós concordarmos da sua importância, eu não vejo problema, Maria Helena.  
1638 Algum conselheiro seria contra a gente colocar a 274 de balneabilidade entre essas prioritárias?  
1639 Eu só acrescento uma aqui na qualidade da água, aí a gente criaria grupos de trabalho mais  
1640 técnicos que possam lá debater dentre essas resoluções aqui, por exemplo, de qualidade da  
1641 água. Tem a 357 e a 430, que é classificação de corpos de água, a 472, que é de incidentes com  
1642 óleo, a de reuso e essa 274. Aí lá no grupo técnico, vocês se decidem lá e escolhem a prioridade.  
1643 Aí o grupo de trabalho traz para a plenária da Câmara indicadores e informações para mostrar  
1644 não dá importância disso. E aí a Câmara Técnica decide em função do parecer da Câmara  
1645 Técnica, do grupo de trabalho. Não, eu já falei assim, é só ver se alguém tem alguma outra coisa,  
1646 algum comentário. Assim, mas também eu não vejo problema de inserir essa nova resolução aí,  
1647 né? 474, né? De que ano que ela é? Deixa eu tentar abrir ela aqui, que eu não tinha visto.

1648 **A SRª. DEISE DE OLIVEIRA DELFINO - TITULAR (Representante do Estado do Rio de**  
1649 **Janeiro) – É 274.**

1650 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1651 **Ambiente - ABEMA) –** Desculpa, é 274 de 2000.

1652 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1653 – É, só pela sugestão da CNI, né? A CNI acha que a gente tem que debater a idade delas, mas  
1654 quem é bem velhinha tem que ser discutida, então essa aqui ganharia, né? 274, de novembro  
1655 de 2000, define critérios de balneabilidade em águas brasileiras. Eu não vejo problema nenhum  
1656 de a gente acrescentar. Algum conselheiro seria contra a gente acrescentar, a pedido da ABEMA,  
1657 essa resolução? não é óbvio que ela vai entrar ela vai entrar nesse grupo aí de seis cinco  
1658 resoluções do tema água que o grupo de trabalho vai ter que fazer, aí lá todo mundo vai ter que  
1659 debater o que que acha que é prioritário, obviamente o grupo de trabalho vai deliberar e vai trazer  
1660 aqui para câmara técnica deliberar.

1661 **O SR. RODRIGO SILVA LEMOS – TITULAR (Região Sudeste - Instituto Guaicuy)**  
1662 – Adalberto, Rodrigo Lemos, Instituto Guaicuy. Sem problemas, acho que é importante, sim,  
1663 Maria Helena, a 274, eu acho que ela ser incorporada na pauta das águas é importante, e eu  
1664 acho que o grupo de trabalho com essa priorização, Adalberto, ele pode depois também ver

1665 outras articulações que são possíveis e submeter aqui à CT, porque durante o desenvolvimento,  
1666 possivelmente a gente vai lembrar outras resoluções que vinculam, que são próximas, e talvez  
1667 trazer isso, né, reportando a CT para falar: Olha, estamos com essa priorização, mas queremos  
1668 também trazer isso com esse compromisso com esse tempo, eu acho que é uma dinâmica  
1669 casadinha para o grupo de trabalho, assim, mas de acordo.

1670 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**

1671 – Com certeza, acho que esse é o espírito do grupo de trabalho, fazer uma análise mais criteriosa  
1672 e trazer mastigadinho aqui para a Câmara Técnica, que infelizmente, por mais que todos nós  
1673 queiramos, a gente não tem muito tempo aqui para entrar na profundidade devida em todos os  
1674 temas da Câmara Técnica, então natural, e eu acho que por isso que o regimento permite a  
1675 criação do grupo de trabalho, a execução de audiência pública, fazer tudo que tiver para vir aqui  
1676 para a Câmara Técnica, uma coisa mais mastigada. Eu inclusive já mexi com coisa de água e  
1677 tal, agora eu não tenho a mínima condição de priorizar se é mais importante mexer com a 430,  
1678 a de classificação dos corpos d'água, ou com a de resposta incidente por óleo, que toda semana  
1679 que agora está aparecendo óleo nas praias brasileiras e isso pode ter um evento gigante e aí  
1680 falarem que a resolução do CONAMA é lá de sei lá que ano e nunca fizeram nada e o governo  
1681 não está atento ao tema. Está difícil a gente saber priorizar, né? Pessoal, Bernardo?

1682 **O SR. BERNARDO R. SOUTO – TITULAR (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO –**

1683 **CNC)** – Obrigado. Na linha do que a Maria Helene e o Rodrigo já falaram, quando eu terminei de  
1684 priorizar eu fiquei pensando se não seria mais importante a gente produzir resoluções que ainda  
1685 não tenham, de assuntos que ainda não foram pautados, e aí entra o reuso de água, que é uma  
1686 situação que realmente está demandando muito, os órgãos ambientais, os municípios já estão  
1687 incorporando essas legislações, e na hora que você analisa profundamente as normas da ABNT,  
1688 a gente vê que a nossa legislação ainda não está de acordo com, por exemplo, a legislação da  
1689 EPA sobre isso, então surgiu uma dúvida. Depois da priorização, será que não é mais importante  
1690 a gente levar para cima e discutir temas que ainda não foram taxados como resolução? E eu  
1691 acho que quando a gente for discutir e criar os grupos de trabalho, a gente tem que deixar meio  
1692 como uma escadinha, uma sequência, aquelas resoluções que têm certa afinidade, em que um  
1693 assunto de uma resolução entra em outro. Eu cito aqui o enquadramento de água que está,  
1694 inclusive, na portaria 888. Ela não está diretamente relacionada com a área contaminada, mas a  
1695 gente usa os PLAs do Ministério da Saúde num gerenciamento de uma área contaminada. Então,  
1696 assim, é só chamar a atenção que quando a gente for discutir para não perder a memória e o

1697 proveito daqueles assuntos que foram discutidos em uma resolução que tem uma relação junto  
1698 com outra, a 357 com a 430, a 420 com a 463 e a 396, é só essa organização na hora de distribuir  
1699 os trabalhos.

1700 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**

1701 – Olha, concordo plenamente, assim. Eu também quando estava, quando eu cheguei, comecei  
1702 a analisar se eu percebi um monte tanto é que a gente propôs uma de logística reversa né foi  
1703 proposta de reuso de água eu tinha essa mesma percepção que deve ter um monte de coisa que  
1704 precisa ser feito né mas assim tem um monte de resolução que está desatualizada e como a  
1705 gente perguntou para todo mundo e todo mundo respondeu e a maioria focou em atualização.  
1706 Eu acho que a gente joga para os grupos de trabalho temático e lá o grupo de trabalho vai  
1707 rediscutir as prioridades, os temas, a gente dá uns prazos maiores, que eu realmente queria  
1708 desafogar a Câmara Técnica nesse final de ano, porque vai vir aqui a Resolução 501. Isso é  
1709 coisa do Supremo Tribunal Federal, Petróleo, AGU, Petrobras, se a gente não cuidar disso vai  
1710 estar no Jornal Nacional falando que a gente não resolveu o problema. Então, assim, eu queria  
1711 muito ter os grupos de trabalho, as coisas saindo, para a gente poder ter esse espaço para  
1712 discutir essas urgências que vêm aparecendo, como a 491, que eu concordo, o espaço para  
1713 discutir é aqui, a Câmara Técnica, que é uma visão não só técnica, ela é técnica, um pouco  
1714 política, e o plenário depois delibera. Mas, assim, eu acho que os grupos de trabalho, se forem  
1715 criados, eles têm toda a autonomia de propor, fazer, e acho que o que o Brasil precisa de uma  
1716 abordagem um pouco mais propositiva da política pública. Eu sinto isso. Eu trabalhei na  
1717 Prefeitura de São Paulo há 20 anos atrás, fiquei 10 anos em ONGs, Organizações Internacionais,  
1718 lá da rede de cidade e fiquei 9 anos no setor privado. E aí eu cheguei aqui faz nove meses, oito  
1719 meses, e o que me surpreende na área pública é que você só fica apagando incêndio, só fica  
1720 respondendo coisa que está acontecendo, e Câmara, e Senado, e Tribunal de Contas, e assim,  
1721 o que eu queria era exatamente isso, poder sentar e pensar o que está faltando, política  
1722 propositiva, agenda positiva, mas não, a gente é atropelado aqui o dia todo com incêndios para  
1723 apagar, mas assim, eu acho que a gente, o grupo de trabalhos, devem ter essa dar essa  
1724 consideração, sim. Maria Helena, quer falar de novo?

1725 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**

1726 **Ambiente - ABEMA) –** Eu não sei se eu entendi direito, então vão ser criados 3 GTs, como a  
1727 gente não acompanhou, a gente veio particularmente um pouco perdida, assim, vão ser criados



1728 2 GTs e dentro desses GTs, essas resoluções que estão nessa lista aí, dessas 22 que a gente  
1729 recebeu, vão ser priorizadas, é isso? Só para entender, estou meio confusa.

1730 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1731 – É, eu acho que assim, um GT qualidade do ar não faria sentido a gente criar agora, né? Porque  
1732 a gente acabou de criar o GT que lida com a 491 e tem um prazo mais exíguo e essa é uma  
1733 prioridade que a Câmara Técnica de fevereiro a março, fevereiro a maio, a gente só vai falar  
1734 disso, né? Vamos combinar que só vai falar de 491 e 501, são as duas que vai ter Supremo no  
1735 meio. Aí a gente, a proposta, né, que eu, bem, posso até voltar aqui já para o slide, a proposta  
1736 seria criar duas novas câmaras, grupo de trabalho, qualidade da água e outra qualidade do solo  
1737 e resíduos, aonde essas quatro resoluções ou propostas de novas resoluções seriam discutidas.  
1738 Eu vou só mostrar antes aqui, de eu passar para a Zuleica, só deixar claro eu estou aqui com  
1739 todo mundo, então. Vocês estão vendo a tabela do... Vocês estão vendo uma planilha, assim,  
1740 resumo das priorizações, qualidade do ar, qualidade da água, sol e resíduos? Sim? Está bem.  
1741 Então, vê, ali está ali. Qualidade do ar, vamos focar primeiro na 491 e, eventualmente,  
1742 dependendo do que o Supremo decida, essa semana, porque a gente tinha cinco dias de prazo,  
1743 PGR 3, AGU 2, então a Carmen Lúcia provavelmente vai definir no começo da semana que vem.  
1744 Aí, lá na 491, a qualidade do ar vai focar na 491 e, eventualmente, na 501. Claro, se quiser  
1745 discutir um pouco das outras e fazer tudo bem, mas o foco é esse. Aí, a proposta seria dois  
1746 grupos de trabalho, um sobre qualidade da água, aí discute a 357, 430, 472 e agora eu colocarei  
1747 a deliberação também a inserção dessa nova 274.

1748 **A SR<sup>a</sup> MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1749 **Ambiente - ABEMA) –** A de reuso e a outra está.

1750 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1751 – Isso, e aí de solos discutiria solo e resíduo, as duas resoluções que estão lá, que é 404 e 416,  
1752 eventualmente uma nova resolução de grandes geradores, o PRONARA de agrotóxico, a 437 de  
1753 fortalecer áreas contaminadas e a 420 de gerenciamento. Então, essa aqui seria a proposta de  
1754 encaminhamento, análise da priorização, a gente aprovaria esse slide novo da tabela, slide 9, eu  
1755 encaminharia essa tabela para o CIPAM, para a... Desculpa, a Secretaria Executiva ainda hoje,  
1756 porque segunda-feira é o prazo que o CIPAM está reunindo a agenda prioritária para o ano que  
1757 vem. Então, essa é a agenda prioritária do ano que vem, essas tabelas. E aí, o possível  
1758 encaminhamento seria a criação desses dois grupos de trabalho. Primeiro, a inserção da

1759 atualização da resolução 274 e a criação desses dois grupos de trabalho. Tudo bem, pessoal?  
1760 O que vocês acham? Algum comentário?

1761 **O SR. BERNARDO R. SOUTO – TITULAR (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO –**  
1762 **CNC) –** Eu tenho, mas vou esperar, turma. Zuleica está na frente.

1763 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1764 **–** Zuleica, por favor, e depois Bernardo.

1765 **A SRª. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária**  
1766 **- AMAR) –** Eu só queria fazer uma pergunta sobre as câmaras técnicas competências, porque  
1767 quando é resíduos, você está falando em nome das duas câmaras técnicas, Adalberto? A de  
1768 gestão de resíduos e a qualidade ambiental?

1769 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1770 **–** Não, a nossa qualidade ambiental inclui resíduos, né? Está lá na portaria. Se você olhar o  
1771 regimento interno, deixa eu achar aqui.

1772 **A SRª. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária**  
1773 **- AMAR) –** Eu acho que eu fiz confusão, porque eu vi que a outra se chama controle ambiental  
1774 e gestão de resíduos, não é isso?

1775 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1776 **–** Está aqui, ó, o artigo 31. O artigo 31 compõem o CONAMA cinco câmaras técnicas. Câmara  
1777 técnica em qualidade ambiental, saneamento básico, gestão de resíduos, qualidade ambiental  
1778 especial, água, ar e solo e gestão de substância química. A gente vai se ater a essas... ao que  
1779 está aqui no inciso 3 do artigo 31, que é a prerrogativa.

1780 **A SRª. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária**  
1781 **- AMAR) –** Entendi. Então a gente acabou ficando com todas, né, com toda essa enorme agenda  
1782 aí?

1783 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1784 **–** Não, imagina. A Câmara Técnica e Controle de Gestão Ambiental que foi criada, ela pegou  
1785 licenciamento ambiental, controle ambiental de atividades industriais, ordenamento isolamento  
1786 jurídico e isolamento ecológico. Imagina se tivesse tudo isso aqui, aqui ainda.

1787 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária**  
1788 **- AMAR)** – Pois é, não, não, concordo. Só que eu ia perguntar por conta daquela resolução de  
1789 coprocessamento.

1790 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1791 – Ah, mas a gente entende, por mais que ela fale de licenciamento de atividades de  
1792 coprocessamento, o cerne da resolução é sobre os padrões de emissão, então a gente considera  
1793 que ela fica aqui.

1794 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária**  
1795 **- AMAR)** – Não, porque aquela que alterou a resolução antiga que disciplina...

1796 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1797 – A 382.

1798 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária**  
1799 **- AMAR)** – Eu estou tentando abrir aqui para encontrar o número, porque eu também fiquei na  
1800 dúvida agora há pouco é deixa só ver aqui.

1801 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1802 – Eu abro ela aqui para você, 499.

1803 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária**  
1804 **- AMAR)** – A resolução. É porque eu estou confundindo com a das plataformas marítimas.

1805 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1806 – Não, a plataforma marítima é a 501. A gente vai ter que discutir porque o Supremo vai declarar  
1807 em via de inconstitucionalidade e vai mandar a gente discutir. Então vai ter o que fazer, né?  
1808 Agora essa 499 do coprocessamento, que eu até vi na agenda de sugestão ali no CIPAM, da  
1809 Sociedade Civil, vocês tinham colocado como se tivesse lá na outra Câmara Técnica, mas o  
1810 nosso pessoal acha que é aqui, porque ela fala de coprocessamento para destinar resíduos para  
1811 coprocessamento, nos quais resíduos sólidos e resíduos de estabelecimentos comerciais,  
1812 públicos de saneamento e segurança química, então ela enquadra aqui.

1813 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária**  
1814 **- AMAR)** – Pode ser, mas é que originalmente ela era uma resolução que disciplinava o

1815 licenciamento e nesse licenciamento passou-se a permitir então o uso de agrotóxico, mas ela  
1816 alterou profundamente o processo de licenciamento. Ela flexibilizou.

1817 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1818 – E os anexos dela falam sobre poluentes, então seria aqui mesmo, né?

1819 **A SRª. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária**  
1820 **- AMAR) –** Ela é mista, né? Na verdade ela é uma instituição que disciplina o licenciamento, mas  
1821 tudo bem.

1822 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1823 – Eu acho que assim, como a gente, gente, quem vai presidir lá é o Agostinho do Ibama, né? E  
1824 lá eu sei que eles, pelo que eu entendi, eles vão pautar muito algumas questões de licenciamento  
1825 e zoneamento econômico-ecológico inicialmente, né? Por todas as questões aí, se a gente está  
1826 vendo no Brasil e tal, né? Inclusive pela legislação aí do PL de licenciamento. Então, acho que a  
1827 gente pode discutir, se eventualmente lá na frente precisar, a gente faz uma reunião conjunta  
1828 com outra Câmara Técnica, né? Com certeza.

1829 **A SRª. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária**  
1830 **- AMAR) –** Ok.

1831 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1832 – Bernardo?

1833 **O SR. BERNARDO R. SOUTO – TITULAR (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO –**  
1834 **CNC) –** É só uma preocupação, a gente vai conseguir, acho que são assuntos muito densos,  
1835 tanto a discussão de resíduo e de área contaminada, em um grupo de trabalho, esse grupo de  
1836 trabalho ele vai poder ter subgrupos, pensou nisso, pensaram nisso?

1837 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1838 – Eu acho que sim. Ou a gente pode dividir. Inicialmente eu pensei em dividir solo e resíduos.  
1839 Porque até eu pensei na minha equipe aqui. Eu tenho duas equipes. Uma equipe cuida de solo,  
1840 outra equipe cuida de resíduos. Então você até potencializa o trabalho. A gente pode propor  
1841 então aqui a criação de três câmaras técnicas. Uma para a qualidade da água, uma para  
1842 qualidade do solo e outra é para a gestão de resíduos, aí fica um pouco mais...

1843 **O SR. BERNARDO R. SOUTO – TITULAR (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO –**  
1844 **CNC) –** Eu queria ouvir a opinião do...

1845 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1846 – Não, acho que me parece sensato, né? O que a gente quer que assim, as câmaras técnicas,  
1847 os grupos de trabalho evoluam, obviamente o grupo de trabalho não necessariamente vai  
1848 conseguir fazer tudo, né? Deliberar tudo sobre o assunto, mas vai... É um amadurecimento, a  
1849 política pública não fica assim, né? Discute um pouco, não tem maturidade, olha, a indústria  
1850 ainda não está pronta, o custo é muito grande em relação ao benefício, aí a gente recua e vai  
1851 indo, né? A política pública... Eu lembro no mestrado, na análise e elaboração de política pública,  
1852 eu fiz com o professor Ricardo Marques, professor Marques, uma das matérias mais legais do  
1853 mestrado, e a área que eu mais gostava era da política pública incremental, né? Que um terço  
1854 da matéria é política pública incremental e tal aí tem aquela teoria do ponto equilíbrio, que eu  
1855 adorava ela, porque ele fala política pública incremental até que tem os momentos de ruptura,  
1856 que muda governo, acontece isso, daí o momento de ruptura é quando a política pública ganha  
1857 velocidade. É o que a gente vai fazer a gente vai incrementar e de repente o assunto vira, dá  
1858 uma janela de oportunidade política para discutir aquilo aí a gente tem que estar pronto para  
1859 entrar com o debate técnico, né.

1860 **O SR. BERNARDO R. SOUTO – TITULAR (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO –**  
1861 **CNC) –** Perfeito.

1862 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1863 – Marco. Desculpa, Zuleica, você quer ainda manter a mão, Zuleica?

1864 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ - TITULAR (Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária**  
1865 **- AMAR) –** Desculpa, eu esqueci.

1866 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1867 – Marco.

1868 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA – SUPLENTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL**  
1869 **DA INDÚSTRIA – CNI) –** Obrigado, secretário. O secretário só cria uma questão operacional,  
1870 né. Nós já criamos um grupo de trabalho, estaríamos criando dois ou três agora, da capacidade  
1871 das instituições aqui de estar indicando meios suficientes para participar de todas e estar  
1872 acompanhando todos esses temas. Me preocupa um pouco isso, porque abrindo muitas frentes

1873 ao mesmo tempo e talvez a gente não tenha capacidade de acompanhamento adequado de uma  
1874 quantidade tão grande de temas, nem pessoas suficientes para indicar para todos esses temas.  
1875 Talvez se criarmos esses dois grupos conforme o senhor indicou, e o grupo, digamos assim,  
1876 adequar e fazer um cronograma de tratamento de cada matéria, não sei se não seria mais  
1877 adequado do que abrir mais um a respeito de resíduos, entendeu? É só para chamar um pouco  
1878 a atenção para as pessoas avaliarem essa questão operacional.

1879 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1880 – Não, bom ponto, Marco. Acho que todos têm equipe reduzida, né? Mas, assim, eu acho que  
1881 esses grupos de trabalho aqui não vão ter três meses, né? Eles vão ter um prazo muito maior. A  
1882 gente está só amadurecendo a política pública na medida que a sociedade também exige, que  
1883 o poder público esteja ali sempre criando e melhorando, mas eu acho que a gente vai  
1884 rapidamente mexer em todas as resoluções, é só o espaço para o debate. Eventualmente precisa  
1885 ter um limite que a gente proporia, sei lá, 12 meses para a Câmara Técnica, né? Ou seis meses,  
1886 assim, só para ter um prazo para poder discutir com calma e depois subsidiando a Câmara, os  
1887 grupos de trabalho, desculpe, e subsidiando a Câmara Técnica. Aí lá no CONAMA, de vez em  
1888 quando, a gente vai lá e se atualiza, quais são os debates, quais são os desafios, o que está em  
1889 jogo. E assim eu sinto, eu sinto que tem sempre muita gente no setor privado, na sociedade civil  
1890 e nos governos subnacionais, dispostas a ajudar. O poder público federal, assim, está sempre  
1891 no limite, né, de trabalho, todo mundo está sempre muito, assim, atarefado, não consegue.  
1892 Então, assim, a gente precisa de braço e para mim esse braço é os governos subnacionais  
1893 sociedade civil ainda, por isso que esses grupos trabalha são tão bons eles vão mastigando e  
1894 amadurecendo essa política pública para gente.

1895 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA – SUPLENTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL**  
1896 **DA INDÚSTRIA – CNI)** – Eu entendo, eu sei que existe, mas sempre, assim, três grupos de  
1897 quatro grupos de trabalho, eu não sei se a gente teria condições de acompanhar da forma  
1898 correta.

1899 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1900 – E se ficasse em três só? Qualidade do ar que a gente já criou, a gente cria um de qualidade  
1901 da água e um de solo e resíduos, que nem a área técnica tinha proposto?

1902 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA – SUPLENTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL**  
1903 **DA INDÚSTRIA – CNI)** – Não, acho que aí é mais razoável. E aí o grupo dá uma ordenada no

1904 andamento dos trabalhos. Acho que seria mais adequado. E assim que acabar o grupo de  
1905 trabalho da 491, a gente pode até pensar em desmembrar algum deles, se for o caso.

1906 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1907 – Entendi. Marcos. Depois a Maria Helena. Não, o Marcos já foi, desculpa, a Maria Helena.

1908 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1909 **Ambiente - ABEMA) –** Os grupos de trabalho teriam a incumbência, num primeiro momento, de  
1910 priorizar quais resoluções seriam as primeiras avaliadas? Aí eu tenho uma pergunta: Há  
1911 possibilidade, nessas avaliações, de serem incluídas outras resoluções que sejam julgadas  
1912 pertinentes? Pergunta um. Segundo...

1913 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1914 – Imagino que sim né porque assim não a lista nunca é fechada. E essa lista, vamos lembrar,  
1915 pelo que eu entendi do regimento, a presidência da câmara técnica tem um poder muito grande  
1916 de indicar quais são as pautas porque é o presidente que coloca a pauta, mas a nossa decisão  
1917 foi que a pauta é colegiada, todo mundo vai discutir. Então, se um conselheiro traz um tema e  
1918 todo mundo concordar, maravilha! Não sou eu que vou dizer, ah, não, esse tema sim, esse não,  
1919 eu quero priorizar o meu tema. Não, a gente vai discutindo. O grupo de trabalho discutiu e voltou  
1920 com outras propostas, maravilha, vamos na proposta do grupo técnico.

1921 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1922 **Ambiente - ABEMA) –** Não ficamos limitados ao slide 9?

1923 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1924 – Não.

1925 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1926 **Ambiente - ABEMA) –** Agora essa pauta não fica limitada. A segunda pergunta é assim: Uma  
1927 vez escolhida, vamos supor, vamos ver, ah, sei lá, a 430, vamos rever. Quem é o responsável  
1928 por apresentar essa minuta? Porque vai ter que fazer uma minuta de resolução, passar para o  
1929 CIPAM, fazer a IAR, relatório de avaliação, a IAR lá, quer dizer, assim, quem dentro dessa lógica  
1930 vai ser o responsável por isso? O seu proponente, ou seria o MMA, ou a ANA falando do  
1931 proponente, ou [Ininteligível] de proponentes? Isso, para mim, não está muito claro.

1932 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1933 – Eu acho que a gente, por exemplo, você vai discutir uma câmara, um grupo de trabalho, o

1934 grupo de trabalho discutiu nanana, a gente vai fazer uma proposta de resolução, alguém vai virar,  
1935 alguém vai se propor a fazer aquilo, não necessariamente vai ser do governo. Tem proposta que  
1936 pode ser feita pela ABEMA, tem proposta que pode ser feita pela Sociedade Civil, e quem liderar  
1937 aquela proposta, quem considerar aquilo importante, na minha opinião, que vai ajudar a escrever,  
1938 né? E, obviamente, aquela versão final vai passar pelo colegiado, que vai refinar ela, aí vai enviar  
1939 para o CIPAM, aprovou, voltou, vai para o jurídico, vai para o plenário... Eu acho que quanto  
1940 mais mãos passarem as resoluções, melhor, né? Quanto mais gente deliberar sobre assunto  
1941 melhor.

1942 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1943 **Ambiente - ABEMA)** – É que minha dúvida é um pouco no caso do relatório de AIR, que eu  
1944 sempre esqueço a sigla aí, porque é uma coisa inexecutável, né? Se você leu que perde um AIR  
1945 dentro das normas ambientais, é absolutamente inexecutável. E com essa obrigatoriedade, ou  
1946 nós vamos ficar pedindo dispensa a vida inteira, eu acho que é um item que tem que se avaliar  
1947 bem, porque se a gente pegar a legislação de avaliação de impacto regulatório, ela não é  
1948 aplicável, ou então você tem que fazer um estudo que vai demorar 10 anos para levantar todos  
1949 os fatores econômicos, todas as coisas envolvidas. Então, eu acho que a gente tem que ir talvez  
1950 um pouco mais para frente, repensar um pouco esse negócio da obrigatoriedade desse estudo  
1951 para que possa ir para frente, para que o CIPAM possa aprovar. Então, nós vamos ficar pedindo,  
1952 argumentando o que dá para fazer e pedindo dispensa com os AIRs.

1953 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1954 – É, eu concordo com você, eu acho que o negócio da análise de impacto regulatório é complexo,  
1955 né? eu acho que pelo que entendi ele foi instruído ainda é lá atrás assim como a medida de  
1956 qualificar o debate para que nenhuma resolução fosse feita sem seu devido debate devido à  
1957 análise desse impacto regulatório mas confesso que vai dificultar muito a nossa vida né por isso  
1958 que a gente vai precisar de muito braço muita gente ajudando e, eu não sei, sinceramente, vai  
1959 ser um desafio mesmo.

1960 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
1961 **Ambiente - ABEMA)** – É, eu acho que às vezes mesmo com muito braço é inexecutável porque  
1962 algumas valorações econômicas, porque na verdade ele foi feito muito mais para as agências  
1963 regulatórias do que para a área ambiental. Então, eu não sei, eu acho que vale a pena em alguma  
1964 instância do CONAMA se rediscutir isso melhor, porque vai emperrar todas, ou a gente vai ficar  
1965 pedindo para não fazer, ou vai emperrar tudo, a gente não tem muito alternativa.



1966 **A SR<sup>a</sup>. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA)** – Sobre esse ponto, eu  
1967 só queria acrescentar uma questão, a análise de impacto regulatório, ela é uma exigência de um  
1968 decreto e quando a gente estava elaborando essa proposta de regimento interno junto com o  
1969 grupo assessor, foi colocado esse ponto, foi trazido, porque a consultoria jurídica e o CONAMA  
1970 ainda não tinham se deparado com essa obrigatoriedade, porque ele esteve suspenso durante  
1971 o momento que ela passou a ser exigível. Nós estamos trabalhando numa proposta junto com a  
1972 ENAP, já fizemos algumas capacitações e estamos conversando também com a Casa Civil, com  
1973 o MCTI, na busca de uma proposta de um modelo de análise de impacto regulatório que atenda  
1974 às especificidades do Conselho Nacional do Meio Ambiente na regulação da área ambiental e  
1975 acho que a gente vai conseguir fazer uma proposta que seja exequível, porque a gente entrar no  
1976 pedido de dispensa depois vem a questão da a o outro né que após que você é obrigado a fazer  
1977 a análise de impacto da resolução, esqueci como é o nome agora, a RR, mas a gente está de  
1978 olho nisso e a gente também está trabalhando e buscando uma alternativa para diminuir as  
1979 dificuldades para que a análise de impacto regulatório seja feita com qualidade dentro dos  
1980 critérios que as resoluções ambientais precisam ter.

1981 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1982 – Desculpa, estou no silêncio aqui falando sozinho. Marco, por favor, e depois a Karen Cope, da  
1983 Casa Civil.

1984 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA – SUPLENTE (CONFEDERAÇÃO NACIONAL**  
1985 **DA INDÚSTRIA – CNI)** – Secretário, desculpe, mas acho que eu cliquei sem querer aqui.

1986 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1987 – Sem problema, conselheiro. Karen, por favor.

1988 **A SR<sup>a</sup> KAREN DE OLIVEIRA SILVERWOOD-COPE (Secretaria Especial de Análise**  
1989 **Governamental)** – Sobre a IR, só explicar, eu coloquei aqui no chat o link para o decreto 10.411,  
1990 e ela é uma exigência para todos os atos normativos de colegiados, então não tem muito como  
1991 fugir disso, ela recai sobre o CONAMA, assim como qualquer outra temática. Agora, vocês  
1992 podem olhar no artigo 4º do decreto, as hipóteses de dispensa da IR e cabe ao órgão, onde uma  
1993 entidade competente, no caso a Direção Maior do CONAMA, a argumentação da necessidade  
1994 de dispensa para cada ato, para cada resolução, motivadamente. Então, existe essa  
1995 possibilidade, dá uma olhada no artigo 4 e é uma opção.

1996 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1997 – Obrigado pelo esclarecimento, Karen. Eu participo de 13 conselhos. Então, o CONTRAN, por  
1998 exemplo, hoje mesmo teve definição assim, o pessoal usa bastante a dispensa de análise de  
1999 impacto regulatório, já vi no CNDI, já vi no CONFERT, de fertilizantes, assim, vários conselhos a  
2000 gente vê que está sendo utilizado, mas é quase sempre assim, ah, está atualizando alguma  
2001 coisa, está mexendo, porque hoje o governo está muito reconstruindo coisas que foram desfeitas  
2002 nos últimos quatro anos, então está criando ainda muita coisa nova, mas eu imagino que isso  
2003 será um problema. Bem, pessoal, até pelo horário, eu gostaria de só mostrar aqui então essa  
2004 última tabela para ver se eu tenho a concordância de todos aqui. Vocês estão vendo a minha  
2005 tela?

2006 **A SR<sup>a</sup>. JÚLIA LOPES MARTINS (Coordenadora-Geral do CONAMA) – Sim.**

2007 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
2008 – Então, bem, eu gostaria de colocar então aqui para apreciação de todos, a gente já teve a  
2009 deliberação daqueles outros itens, faltou esse item aqui da priorização dos conselheiros, com a  
2010 inclusão dessa 501 que eu perguntava na lista inicial, então, é a tabela 9 inicial com o  
2011 acréscimo da 501. Aí a gente colocou aqui também a possibilidade de inserir a atualização da  
2012 resolução 272, que define os critérios de balneabilidade na tabela 1, e se não tiver ninguém  
2013 contrário, eu considero aqui aprovada. E aí essa número 2.3, encaminhamento à criação de dois  
2014 grupos de trabalho extras, além do grupo de qualidade do ar, um sobre água e outro sobre solo  
2015 e resíduos. Temos alguém contrário a essa deliberação?

2016 **A SR<sup>a</sup> MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
2017 **Ambiente - ABEMA) –** Podia só mostrar a tabela, só mais um pouquinho, para a gente ver um  
2018 pouquinho com mais calma. Por favor.

2019 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
2020 – Aqui, então, a qualidade do ar, as mais votadas lá, 491, a 501 que vai entrar, padrão de  
2021 qualidade, a questão da emissão de fonte fixa em plataforma de petróleo, e duas,  
2022 coprocessamento e funcionamento dos tratamentos térmicos, 416, 499. Aí, o grupo de trabalho  
2023 de água falaria sobre classificação de corpos e diretrizes para enquadramento em condições e  
2024 padrão de lançamentos de fluentes, que é a 357 e a 430, essa ampliar o hall de produtos da a  
2025 resposta ao óleo. Ah, eu preciso pôr a sua aqui, né? Deixa eu, rapidinho, desculpa, deixa eu só  
2026 acrescentar essa nova aqui, ó, a 27, eu vou pôr ali na tabela também para ficar mais claro, está

2027 bem? E aqui a 274, vocês estão vendo ainda meus slides? E aqui, então, qualidade da água, as  
2028 duas lá de cima, 472 em resposta a óleo, criar uma de reuso e a 274 ano 2000 que define critério  
2029 de balneabilidade. Aí a próxima seria solo e resíduo, eventualmente criar uma resolução sobre  
2030 grande gerador e logística reversa, né, para retirar o custo dos estados e dos municípios, uma  
2031 resolução aí da 404 a 416 de pneus, pilhas e baterias, que são as duas mais problemáticas, que  
2032 não vêm cumprindo as metas, eventualmente criar uma resolução sobre o Programa Nacional  
2033 de Redução de Agrotóxicos, que ele é uma sequência da aprovação do PL de Agrotóxicos que  
2034 está em término ali no Senado e deve ser aprovado nesse ano, a 463 de Controle de Áreas  
2035 Contaminadas, a 420 de Gerenciamento Ambiental de Áreas Contaminadas.

2036 **A SRª MARIA HELENA R. B MARTINS (Associação Brasileira de Entidades de Meio**  
2037 **Ambiente - ABEMA)** – Tudo bem. Lembrando que aqui, então, se o grupo decidir, podem ser  
2038 inseridas outras, ou novas, ou menos?

2039 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
2040 – Sim, com certeza, com certeza. Assim, eu acho que os grupos têm que ter essa sensibilidade.  
2041 Olha, essa tabela foi votada por todo mundo, né? É uma coisa mais colegiada, então, assim, não  
2042 dá para mudar tudo, né? Mas, claro, o grupo técnico vai... O grupo de trabalho tem exatamente  
2043 essa prerrogativa, de estudar, de ver a viabilidade técnica, jurídica. vai ter uma que falou, olha,  
2044 não dá, isso aqui a indústria brasileira não pode, ainda não está pronta. Então está bom, deixa  
2045 aqui de lado, depois a gente discute. Olha, isso aqui não entrou e é super importante, devia ter  
2046 essa aqui, está bom, coloca, tal. Acho que não tem problema não. Tudo bem, pessoal?  
2047 Podemos...

2048 **Vídeo Dia 20-10-2023 - 19ª Reunião do CTQAP (2):**

2049 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
2050 – Serão então aprovadas o item 2 da análise de priorização dos temas, essa tabela será  
2051 submetida ao CIPAM para ajudar na criação da agenda ambiental do Conama do ano que vem,  
2052 inserimos a resolução 501 e 274 e criamos mais dois grupos de trabalho. Aí agora eu só vou  
2053 voltar lá para o item número 1 da pauta que a gente não tinha conseguido fazer, o item 3 que  
2054 agora volta a ser o item 5, que é a eleição do vice-presidente da Câmara conforme o artigo 34.  
2055 Deixa eu abrir aqui o artigo 34. Artigo 34: “As câmaras técnicas serão presididas por  
2056 representante indicado pelo Ministério Ambiente e Mudança do Clima e na ausência dele pelo  
2057 vice-presidente eleito na primeira reunião ordinária pela maioria simples os votos dos seus

2058 membros.” Algum voluntário para ser indicado vice-presidente da Câmara Técnica? Vamos ver  
2059 quem aparecer primeiro aqui, vou pôr JP, primeiro da lista aqui, JP, Deise, Maria Helena, você  
2060 tá com a carinha, o rostinho de Marcos, quem tá com o rostinho aí, quem não quer tirar a tela né,  
2061 senão vai virar alvo aqui. Alguém gostaria, pessoal, de se indicar como vice-presidente? Quem  
2062 que representa a Sociedade Civil? A Sociedade Civil costuma ter braço lá, isso aqui, apesar que  
2063 já me disseram que não né, mas assim, eu na minha época de Sociedade Civil era tão boa, tinha  
2064 uma vida tão mais tranquila que eu tenho hoje.

2065 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Pelo contrário.

2066 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
2067 – O Rodrigo falou que não.

2068 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Menor orçamento, menores equipes, mas vamos lá,  
2069 a gente dá um jeito, mas não, acho que a gente já tá, pelo menos, estamos ali com a relatoria,  
2070 eu vou dar esse foco ali.

2071 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
2072 – Bem pessoal, precisamos de uma indicação, secretariado do CONAMA, se a gente não tiver  
2073 indicação, como é que a gente faz, aí tem que se indicar? Obrigado, Karen, obrigado pela  
2074 presença.

2075 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – É, isso não está previsto no regimento, né?

2076 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
2077 – Não, tem que ser eleito alguém. Quem aí, vamos ver, representantes dos estados, municípios,  
2078 ANAMMA, ANAMMA até fugiu da reunião, né, para não sobrar para ele, cadê, aqui não tem  
2079 ninguém da ANAMMA. Então, será que pode indicar o outro representante do governo, né? E  
2080 assim, eu vou ficando e, né, se eu pretendo, estar em todas as reuniões.

2081 **A SR<sup>a</sup>. DEISE DE OLIVEIRA DELFINO - TITULAR (Representante do Estado do Rio de**  
2082 **Janeiro)** – Adalberto, eu vou me candidatar, se todos concordarem.

2083 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
2084 – Uai, maravilha, Deise, estamos felizes da vida, para mim seria maravilhoso ter aí os estados,  
2085 é uma maneira de a gente, né, executar, a gente que recriou a comissão tripartite, né, estamos  
2086 trabalhando bastante, também lá no GT de regionalização do plano de saneamento, então, para

2087 a gente seria ótimo ter vocês aqui. Bem, pessoal, gostaria de colocar, então, ao conselho para  
2088 deliberação, temos mais alguma indicação ou só a candidata única, Deise Delfino, representando  
2089 do INE, Rio de Janeiro, representando a ABEMA? Se todos concordam com a eleição, fiquem  
2090 como estão. Parabéns, Deise, eleita vice-presidente, prometo que não vou dar tanto trabalho por  
2091 enquanto. Brincadeira. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Por aclamação.

2092 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
2093 – Aclamação aqui, até palmas, olha lá, pessoal.

2094 **A SR<sup>a</sup>. DEISE DE OLIVEIRA DELFINO - TITULAR (Representante do Estado do Rio de**  
2095 **Janeiro)** – Você estava com a mão levantada, hein, Marcos. Obrigada, gente.

2096 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
2097 – Maravilha. Bem, pessoal, com isso a gente termina a pauta proposta inicial, alguém teria algum  
2098 outro assunto para delimitar, para debater?

2099 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Secretário, fiquei só com uma dúvida aqui, posso  
2100 falar?

2101 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
2102 – Claro.

2103 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – A respeito da criação do grupo de trabalho da revisão  
2104 da 491, o escopo da revisão se atém à decisão do Supremo?

2105 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
2106 – Sim, a gente entende que sim, é só as questões dos padrões na qualidade do ar, não dá para  
2107 ficar colocando coisas a mais ali, né?

2108 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Está ok, a questão do prazo e dos padrões, está ok.

2109 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
2110 – O debate vai ser depois para atualizar o PRONAR, né? Assim que aprovar o PL de qualidade  
2111 do ar, a gente vai voltar lá no PRONAR de 89, aí a briga vai ser boa, né? Porque aí o impacto é  
2112 muito maior, né?

2113 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Só para deixar claro aí qual é o escopo do trabalho  
2114 que delimita e fica mais fácil, né, para conduzir os trabalhos na Câmara no GT. Obrigado, hein.

2115 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
2116 – Algum outro assunto, pessoal? Bem, pessoal, não havendo mais manifestação dos  
2117 conselheiros, eu, Adalberto Maluf, Secretário Nacional de Meio Ambiente e Qualidade Ambiental,  
2118 presidente da Câmara Técnica, encerro os trabalhos por enquanto, agradeço a presença de  
2119 todos os conselheiros e fico à disposição, coloco à disposição aqui a nossa equipe para qualquer  
2120 esclarecimento. Obrigado a todos.

2121 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO –** Obrigado, secretário Maluf.

2122 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA –** Obrigada, bom fim de semana.

2123 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA –** Bom final de semana para vocês.

2124 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA –** Bom final de semana, pessoal. Tchau, tchau.